



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 8/X-3º/2011-12

1 - Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sitas na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os “Documentos de Prestação de Contas referentes a 2011”.

3.2.1 - Relatório e Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município.

3.2.2 - Relatório e Conta de Gerência de 2011 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS.

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “1ª Revisão Orçamental dos SMAS para 2012”

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1132/X-3º), (**Conforme Anexo I**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1114/X-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Paula Cistina Loureiro Coelho, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1164/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1134/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1074/X-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1140/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1141/X-3º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 20 de abril de 2012, (Ent. nº 1061/X-3º), (**Conforme Anexo VIII**).

#### 4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, da eleita Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira – PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI**).
- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- O Candidato Senhor Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, da eleita Sr.ª Paula Cristina Loureiro Coelho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.ª Luís Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXI, XXII e XXIII**).
- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 20 de abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXIV e XXV**).

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Almada, Caparica, Laranjeiro e do Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhor António Luís Baptista, Senhor António Júlio Mendes Pereira, Senhor José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme Anexos XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX**).

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Pedro Miguel Gomes da Silva, residente na Costa da Caparica.

**5.1.1** - O Munícipe Exm.º Senhor Pedro Miguel Gomes da Silva:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na passada Assembleia de 28 de março 2011, foi falado que haveria de haver um referendo local acerca da Reforma Administrativa. Ora os Srs. sabem perfeitamente que esse referendo é anticonstitucional segundo o artigo 240 e 164 da Constituição. O meu espanto é que a esquerda só se lembra da Constituição quando interessa, quando não interessa rasga a mesma. O meu espanto maior é quando a Câmara Municipal quis fazer uma autoestrada que simplesmente faz desaparecer as Terras da Costa que é uma área protegida, os Srs. não falaram em referendo local. Outro exemplo, quando retiraram o Transpraia que é o cartão postal do centro da Costa, os Srs. também não falaram em tal referendo. Mas eu sei que os Srs. não se preocupam com as populações, a vossa preocupação é que se reduzir Freguesias são menos hipóteses que os Srs. têm de ter a maioria absoluta. Aliás, não é as Freguesias que desaparecem, pois são agregadas, o espaço físico e os seus funcionários vão continuar. O que não vai é um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro para cada Freguesia, e sim uma direção que vai tomar conta de várias Freguesias. Isso os Srs. não informam a população, pois não interessa.

O segundo ponto é o seguinte, há umas semanas atrás veio correndo na internet, através do Facebook um contrato de trabalho da Câmara, quem quiser pode consultar na internet, datado de 2008, que eu próprio ainda me custa a acreditar que exista, mas nunca é demais perguntar a quem de direito se existe na cláusula número seis que vem a dizer o seguinte “As partes tendo em conta as normas do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

direito público em matéria de impossibilidade sem termo, estão cientes que a cessação deste contrato por caducidade não confere o direito a compensação prevista no número dois, do artigo 388, do Código do Trabalho, Lei nº 99/2003, de 27 de agosto”. E se existe, quantos contratos de trabalho foram feitos nesta situação e se existe algum funcionário nesta Câmara nesta situação de contrato. Porque se existe, ainda é mais grave do que eu pensava. Os Srs. além de demagogia nas vossas ideias de irem para a Assembleia da República a falarem em defesa dos trabalhadores e dos direitos dos mesmos, acho também hipocrisia o que se passa aqui nesta Câmara. A ser verdade, totalmente o contrário, se for mentira, então deixo um desafio a esta Assembleia, os Srs. estão de acordo em mandar fazer uma auditoria externa pedindo ao Tribunal de Contas que nomeie em colaboração com o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia e o Emprego e Ministério da Segurança Social, fazendo uma varredura em todas as áreas da Câmara Municipal e empresas municipais? E se estão dispostos a fazer antes das próximas eleições para acabar com as dúvidas, pois quem não deve não teme, e eu como todos os munícipes, temos o direito de saber em quem confiar o nosso voto.”

5.2 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal (**Conforme Anexo XXX**).

6.1.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Atividade Municipal.

6.1.1.1 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Temos então para apreciar a Atividade Municipal desenvolvida nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, como habitualmente, quer da parte da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados fizemos chegar a todos e a todas os Deputados Municipais os respetivos relatórios, e como habitualmente também ficamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar e de seguida daremos as contribuições possíveis para os esclarecimentos que tiverem que ser naturalmente considerados.”

6.1.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Pereira, Miguel Duarte, Fernando Pena, Miguel Salvado, Ana Salvado e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda quer aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos para levantar algumas questões, a exemplo daquilo que se faz neste ponto da Ordem de Trabalhos. No entanto, antes de começar a ler o texto que preparei, queria referir com agrado que finalmente, ao fim de uns anos foi concretizada uma obra aqui na Av.<sup>a</sup> da Fundação que se reivindicava já há algum tempo, que era uma obra que afinal mostrou alguma complexidade na sua resolução, mas está resolvido, e ainda bem que assim é.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Há umas semanas, fui convidado por um grupo de moradores da Quinta do Texugo e das Quintas de Santa Teresa I e II, na freguesia da Charneca da Caparica, para percorrer aquela zona e verificar uma série de aspectos negativos que incomodam aqueles munícipes há algum tempo, e são merecedores da máxima atenção.

Uma primeira nota, sobre uma parte da calçada, que se encontra levantada na zona circundante ao Aqua Fitness. Todos sabem que a partir do momento que sai a primeira pedra, as outras vão por arrasto e quanto mais tempo demorar a sua reposição/manutenção, maiores serão os espaços degradados com pedras espalhadas um pouco por todo o lado.

Outra situação que também se regista é o facto de muitas viaturas se encontrarem estacionadas em zonas que já foram ajardinadas, encontrando-se também danificado o sistema de rega que ali estava colocado. Depreende-se que este tipo de estacionamento, feito fora do espaço reservado para o efeito, esteja na origem da degradação destes espaços.

Muitos se interrogavam sobre os motivos que teriam levado a retirar os equipamentos de Parque Infantil que existiam nas duas urbanizações, transformando aqueles espaços em mais um espaço abandonado. A falta de informação sobre qual a perspectiva futura, deixa as pessoas descontentes. A pergunta que se coloca é se existe a ideia de repor algum tipo de equipamento para as crianças naqueles locais, e que sobre isso seja dada informação aos munícipes da zona.

Há queixas acerca da insuficiência de desinfestações nesta zona e também da existência de lixo fora dos contentores. A areia dos gatos, sem ser acondicionada em sacos, espalha-se em torno dos contentores. Por todo o lado há dejectos caninos: nas áreas ajardinadas, junto às casas, junto aos caixotes do lixo, dos postes de iluminação e nos passeios. É urgente que se crie um espaço que sirva de WC para os animais, à semelhança do que já se faz em vários municípios do país, assim como a colocação de tabuletas que apelem ao respeito dos donos dos animais, pelo espaço público.

Com muita veemência, é colocado o problema de abate indiscriminado de pinheiros. Quando se pergunta o porquê do abate, a resposta é que é para combater a doença do pinheiro.

Uma rápida pesquisa na Internet basta, para ficarmos a saber que existe obrigatoriedade de corte de pinheiros e outras resinosas, derivado à existência de uma doença provocada pelo Nemátodo da madeira do pinheiro, que coloca em risco a floresta de pinho nacional. Só a remoção das árvores secas ou a secar e a sua eliminação/entrega em destino autorizado do material lenhoso e sobrantes, evita a dispersão da doença. Ora, a principal interrogação é exatamente aqui, porque no local permanecem vários pinheiros secos. Pelo que se compreende das indicações dos técnicos, estes têm que ser obrigatoriamente os primeiros a ser abatidos. Será que vão restando, para justificar o abate de outros pinheiros aparentemente saudáveis?

Por último, uma nota sobre o caneiro que passa na confluência da Quinta do Texugo e da Quinta de Santa Teresa I, muito perto da escola em construção. Trata-se de um caneiro de escoamento de águas pluviais, que faz parte do percurso da Ribeira da Foz do Rego, as condutas de águas pluviais são conduzidas para aquele local que se encontra a céu aberto, sendo frequente o registo de maus cheiros,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o que denuncia a prática nefasta de despejos de produtos indesejáveis nas condutas de águas pluviais. Nos períodos de chuva e quando a mesma é mais intensa a erosão das suas margens é considerável, os moradores deixam o alerta acerca da segurança do equipamento escolar que está a ser construído. Os moradores da Quinta do Texugo esperam há anos pela legalização daquela zona, há uns anos tiveram várias reuniões com responsáveis da autarquia, mas o processo não avançou. Perguntamos; o que deve ser feito, e por quem, para que estes problemas se resolvam, a recepção das obras seja feita, e a resolução dos problemas atrás descritos passe a ser uma realidade?”

#### 6.1.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23 e 24 de abril, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara referiu que é preciso ter respeito pelas pessoas. Na verdade assim é, mas é necessário igualmente ter respeito pelas instituições. E V. Ex.<sup>a</sup>, nessa Sessão da Assembleia, ao não responder a nenhuma das perguntas que lhe colocamos nessa altura, neste espaço de discussão da nossa Ordem de Trabalhos revelou uma falta de respeito, não por mim, mas pela Instituição Partido Socialista em particular e pela instituição Assembleia Municipal em geral. Reconhecerá que é uma atitude que para além de revelar várias coisas, entre elas o desinteresse, a desistência e a perda de confiança, é deselegante e não fica bem à primeira Dama Concelhia. Entre o Partido e espera o Partido Socialista que V. Ex.<sup>a</sup> responda às questões que a seguir lhe vamos colocar e se não souber o que se entende tome a devida nota para posteriormente os serviços darem a devida resposta.

Vamos então às questões.

Aterro Sanitário. Gostaríamos de saber qual o tempo de vida estimado e se estão estudadas medidas alternativas e quais, quando se esgotar a sua capacidade.

Gostaria de saber qual o motivo porque se passou a encerrar ao domingo e quais as consequências dessa decisão para o normal funcionamento de recolha dos resíduos ao fim de semana.

Praias. Apresentação de candidaturas, tudo bem. Mas queremos falar da Praia da Rainha, para perguntar de quem é a responsabilidade pela degradação do Parque de Estacionamento em todos os aspetos, mas especialmente na vertente arbórea e quem tem a responsabilidade de o recuperar?

Rede de hortas municipais. Definição das prioridades e requisitos de base para a seleção de terrenos municipais, é o que se lê no Relatório. Há uma horta modelo no Viveiro Municipal, há a Quinta Biológica de Almada, mas a pergunta que se coloca é, qual é o verdadeiro ponto da situação, tendo em conta a concretização deste projeto?

Limpeza Urbana. O Relatório nada refere sobre a aquisição de varreduras mecânicas e sabendo-se que a Câmara fez a aquisição de três unidades, voltamos a perguntar-lhe se as mesmas já foram recepcionadas e qual o programa de trabalho a nível concelhio para a sua utilização. Nada é dito sobre ações concretas de sensibilização e perguntamos-lhe quais as iniciativas que foram tomadas no período em causa. Igualmente nada é referido sobre o número de papeleiras colocadas de novo, ou substituídas especialmente nas escolas. Deixou a Câmara de assumir esta tarefa nos recintos escolares? Nada é





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dito sobre o número de viaturas utilizadas e sua rentabilidade ao nível das horas de trabalho. Consta e por isso lhe solicitamos um esclarecimento completo sobre as viaturas adquiridas recentemente que não respondem às necessidades, nomeadamente nos depósitos enterrados, nos quais pelo período da Páscoa alguns chegaram a estar oito dias sem serem recolhidos.

Recolha pelas Juntas de Freguesia. Com a nova reorganização Administrativa, vai ser necessário repensar esta questão porque o que sucede atualmente é a duplicação dos recursos e custos desnecessários que podem ser minimizados se houver um rumo certo para esta descentralização, que não existe efetivamente, mas sim deficientemente. Aliás, o Relatório espelha isso de uma maneira muito clara.

Conservação e requalificação dos espaços verdes. Para além de todas as atividades descritas, verificamos que em todo o Concelho foram plantadas duzentas e quarenta árvores, noventa e quatro no Parque Multiusos da Sobreda; duzentas e nove na Quinta dos Castros, no Pragal; quarenta e duas no Parque da Paz. A questão é, e então as outras Freguesias Sr.<sup>ª</sup> Presidente? Charneca, Caparica, Trafaria, Feijó pertencem a outro Concelho?

Quero ainda colocar-lhe mais algumas questões.

Mercados. O que é que a Câmara pensa para o futuro dos Mercados Municipais? Mercado do Monte, por exemplo, qual é a intervenção que está prevista? Ou a estratégia é o seu encerramento? Mercado da Trafaria, era bom ouvir de si alguma coisa sobre este processo.

Ocupação do espaço público é uma sugestão para que se faça um verdadeiro levantamento para se saber quem autorizou quem a colocar à sua porta um obstáculo fixo para que ali ninguém estacione.

Para terminar, dois aspetos. Um positivo, que foi a correção da palavra Conselho, deixou de estar com c e passou a estar com s, já neste Relatório.

Os dois negativos, sendo um deles as repetições, “com a participação de Almada no pacto dos autarcas, a participação de Almada no pacto das Cidades, pacto da Cidade do México”, estes são a cópia do Relatório de novembro e dezembro de 2011.

Acompanhar e assegurar, são as duas palavras escolhidas e entre muitas iniciativas referidas ao longo do Relatório gostaria que V. Ex.<sup>ª</sup> explicasse à Assembleia que trabalho concreto é realizado quando se está a assegurar a contribuição para a participação de Almada na Associação Internacional das Cidades Educadoras. Ou assegurar o contributo para a atualização regular nos dias...(inaudível)

Finalmente Sr.<sup>ª</sup> Presidente da Câmara duas questões que não podia deixar passar.

Primeira, a iluminação pública. O que a Sr.<sup>ª</sup> disse ontem aqui não corresponde à verdade. Se a Sr.<sup>ª</sup> Presidente sair da sua casa como eu faço várias vezes, verificará que o Sol ainda tem um parto demorado para nascer e já a iluminação pública está desligada. Ou melhor já não há iluminação pública. Neste momento a luz desliga uma hora antes do Sol nascer, o mesmo sucede à noite, desaparecido no horizonte há muito, quando as luzes aparecem. E isto Sr.<sup>ª</sup> Presidente é uma grande falta de respeito pelas pessoas, pela sua segurança, pela ansiedade que lhes causa a situação quando têm de percorrer percursos completamente às escuras para tomarem um transporte público que as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

conduza ao seu trabalho. O que está a suceder é uma manobra bem delineada para a Câmara não pagar mais energia, mas sim ainda menos do que pagava antes de aumentar o IVA. Porque à medida que o Sol for nascendo mais cedo, a energia é desligada mais cedo. Ou seja, quando o Sol nascer às seis da manhã o corte verifica-se às cinco e quando o Pôr do Sol for às nove, as luzes só acendem às dez. A crise Sr.<sup>a</sup> Presidente também tem algumas vantagens. E este é um bom exemplo do aproveitamento da crise. Esta é que é a verdade. A Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu duas autarquias para justificar a sua decisão. É extraordinário que se exemplifiquem os maus exemplos para justificar os nossos. Podia por exemplo referir dois bons exemplos, o Seixal, Amadora, etc.. Que são muito mais do que os maus em cujo grupo a Câmara de Almada se inclui.

Ainda sobre os relógios astronómicos, pretendemos saber quem os comprou e no caso de ter sido a Câmara quanto custaram?

Segunda questão, a Quinta do Texugo. A Sr.<sup>a</sup> Presidente disse ontem que a responsabilidade pelo tratamento daquele espaço exterior é do urbanizador, porque a urbanização ainda não foi recepcionada. Não foi recepcionada porquê? É a questão que colocamos, se a urbanização já está consolidada há vários anos? Se a responsabilidade é do urbanizador como foi dito, porque nunca se obrigou o mesmo a tratar o espaço em causa?

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, este é um bom exemplo que desmente um cartaz que existe por aí espalhado pelo Concelho, que diz que Almada Faz.”

#### **6.1.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Lei Orgânica nº 1/2011, que define as competências das Autarquias Locais, contempla no seu artigo 68º aquilo que deve ser a informação da Atividade Municipal. E designadamente nas competências do Presidente da Câmara diz que “compete ao Presidente da Câmara Municipal remeter à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea e), do nº 1, do artigo 53º, que diz precisamente respeito à Atividade Municipal toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo os respeitantes às fundações e empresas municipais quando existam, indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí referida.”

No nº 2, “compete ainda ao Presidente da Câmara Municipal, da informação prevista na alínea e), do nº 1, do artigo 53º, informação da atividade municipal, devem também constar obrigatoriamente as matérias referidas na alínea d), do nº 1, do mesmo artigo, bem como o saldo e estado atual das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado atualizado dos mesmos.”

Estamos aqui há muitos anos, nunca uma parte significativa desta informação foi prestada a esta Assembleia, designadamente esta última parte que diz respeito a reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais.

Esta Câmara não cumpre a Lei. Já estamos habituados. Mas, Sr. Presidente, o Sr. Que tem como responsabilidade fazer cumprir o Regimento e a Lei no que diz respeito a esta Assembleia, peço





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

também a sua intervenção no sentido da informação que é prestada a este órgão conter aquilo que a Lei prevê como obrigatório.

Mas não fica por aqui, porque a atribuição dada por Lei à Assembleia Municipal, o acompanhamento e fiscalização da Atividade Municipal. E é direito dos Deputados Municipais o pedido de informações e receber respostas. A Câmara Municipal de Almada não deve obstar à realização de ações de acompanhamento e fiscalização, assim diz a alínea h), do artigo 53º.

Mais, a fiscalização está até bem definida. Diz o que é a fiscalização. É apreciação casuística e posterior à respetiva prática dos atos da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das fundações e das empresas municipais, nomeadamente através de documentação, informação solicitada para o efeito. Ora, acontece que sucessivamente a Sr.ª Presidente da Câmara também não cumpre aqui a Lei. Porque muita informação é pedida nesta Assembleia e não é dada, nem no momento, nem posteriormente. Mas pior, com requerimentos escritos, feitos por Deputados Municipais, recebe-se uma resposta lacónica. O CDS fez nove requerimentos sobre ajustes diretos, com perguntas concretas, informações concretas, documentos concretos. Não era pedido nada difuso e que fosse incompreensível. Diz respeito ao bom uso do dinheiro dos contribuintes, que esta Câmara faz. Não está em conta se o uso foi ou não bem feito, está em que é direito do Deputado Municipal, é direito desta Assembleia, receber informação quando a pede. E a resposta da Câmara Municipal de Almada, assinado pelo Adjunto da Sr.ª Presidente da Câmara, e ainda a melhor hipótese que eu tenho é que tenha sido um lapso do Adjunto e que isto não tenha sido do conhecimento da Sr.ª Presidente da Câmara, é uma falha com quatro parágrafos que não responde rigorosamente a nenhuma pergunta do CDS e apenas diz que as coisas foram feitas ao abrigo da Lei. Mas, não era isso que o CDS perguntava, o CDS não questionava que algumas destas coisas não tivesse sido feita ao abrigo da Lei, o CDS quer informações sobre cada um destes ajustes diretos e tem direito a recebe-los, e Sr. Presidente da Assembleia Municipal, também pedia a sua intervenção nesse sentido, porque é o Sr. que deve assegurar o respeito que é devido a este órgão pela Câmara Municipal de Almada.

Mais uma questão já que a Câmara Municipal não presta essa informação no seu relatório, dar conta a esta Assembleia que em março deste ano, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada anulou um despacho da Sr.ª Presidente da Câmara, que homologava uma lista de classificação de um concurso para pessoal. E foi acusada a Câmara de violação do princípio de imparcialidade, alteração dos parâmetros de avaliação da prova escrita já depois da sua revisão, incumprimento da aliança prévia e falta de fundamentação da entrevista. Isto é grave, isto é uma decisão de um Tribunal e da qual deveríamos ter sido informados.

Por fim o CDS, assim como os outros Partidos, estou em crer, receberam uma denúncia sobre a existência no Município de contratos a termo certo, com uma cláusula que a ser verdadeira também é grave, porque ilegal. Uma cláusula que recusa o pagamento da compensação por caducidade que está prevista no Código de Trabalho. Recebemos esta denúncia, a pergunta é, isto é verdade? Há



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

fundamento relativamente a esta denúncia? Há contratos feitos nestas condições? Se sim, quantos e o que é que a Câmara Municipal de Almada tenciona fazer a seu respeito.”

#### 6.1.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproveitamos mais uma vez este ponto para colocar questões sobre a atualidade do nosso Concelho, sobre alguns problemas, sobre algumas situações que continuam a acontecer e que nos chamam também permanentemente a atenção.

Para começar gostaríamos de, ontem foi aqui falado sobre um assunto, que foi aqui apresentado por um Município, em relação ao uso ou à suspeita de uso indevido de meios da Câmara Municipal no dia da greve geral. Como não tínhamos acesso à documentação, nem às fotografias, quisemos primeiro ver, confirmar, para depois aqui intervir e perguntar qual era, e se houve realmente uso indevido daqueles meios, se houve autorização, o carro era da autarquia e porque é que foi usado, e sendo prática, temos algumas dúvidas em relação à sua legalidade, porque estamos a usar e estamos a abusar de meios que são públicos, que pertencem à Câmara, que são pagos pelos contribuintes e que inclusivamente nós não sabemos qual é a responsabilidade de quem os usa e para além do direito de os usar.

Mais uma vez fazemos a pergunta de praxe e assim iremos continuar, que é em relação à abertura oficial e eu digo oficial e legal da Av.<sup>a</sup> Central de Almada, junto à praça do MFA, porque a Av.<sup>a</sup> como todos nós sabemos é usada normalmente, continua é a ser uma zona pedonal e as placas continuam lá. Mas gostamos, havemos de trazer aqui esta questão e havemos de continuar com ela, porque é um assunto que a Câmara teima em ignorar, infelizmente ou felizmente os almadenses usam e abusam da Av.<sup>a</sup>, porque não têm outra solução alternativa com essa designação e que ajude, mas a verdade é esta, é que todos nós, e todos os que lá passam todos os dias a todas as horas desobedecem à sinalização que lá está.

Falando ainda de acessibilidades, ontem foi um assunto que foi aqui levantado. Continuamos com dúvidas muito fortes. Como é que aquele Plano de Acessibilidades na rua Luís de Queirós e na zona da rua Cruzado Osberno, como é que é possível justificar que aquilo faça sentido, porque não faz sentido absolutamente nenhum, toda aquela zona desde as últimas alterações tem complicado, as pessoas queixam-se, aquilo não faz sentido e infelizmente nós estamos habituados a andar neste tipo de experiência que depois só prejudicam é as pessoas e quem usa todos os dias aquelas ruas. Inclusive, ontem aqui falou-se de responsabilidades em relação à autoestrada, da abertura do nó de Corroios, mas por exemplo há um pequeno exemplo que tem a ver com a rotunda do Centro Sul e todos nós sabemos que na rotunda do Centro Sul existe um acesso de autocarros ou um corredor Bus para a Ponte, que é exclusivo Bus o dia todo, que não faz sentido também, nós todos sabemos que faz sentido ele ser conforme o é, os corredores de circulação da Ponte que é das seis da manhã às dez da manhã. Há uma faixa que dá acesso à Ponte das seis às dez exclusiva dos autocarros. A partir daí qualquer veículo pode lá circular. Porquê não alterar aquele acesso no Centro Sul, todos nós abemos que as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

peessoas usam aquele acesso, e pôr exatamente com o mesmo horário que está na Ponte, que é das seis da manhã às dez da manhã, que é isso que faz sentido. De manhã é verdade, é necessário que haja ali passagem dos autocarros, dos táxis, dos Transportes Públicos, concordamos inteiramente, mas a partir do período da manhã que é o período complicado do trânsito, aquele acesso não faz sentido não estar aberto, porque as pessoas acabam por ter que fazer a rotunda toda do Centro Sul, ir à rotunda do Brejo e depois vir por dentro do túnel. Isto não faz sentido, é uma questão de articulação entre o que já está feito e aquilo que pertence à Câmara.

Queremos saber para quando é o prazo de conclusão do Parque Urbano do Pragal, que é uma obra que nós enaltecemos e achamos que é uma obra importante, mas qual é o prazo e para quando é que está previsto a conclusão de toda aquela infraestrutura.

Para terminar dois assuntos. Felicitar o Clube Náutico de Almada pela sua nova sede, que penso que será inaugurada no dia 16 de maio. Sabemos, e já transmitimos isso à Câmara, existe um problema lá que tem a ver com o portão de proteção ao acesso às docas da Parry & Son, que o portão está em muito mau estado, que é um antigo portão que pertencia aos estaleiros da Parry & Son e que se encontra em mau estado. Sabemos que o Clube já falou e já diligenciou junto da Câmara para que possa haver ali algum arranjo, ou não. Mas a verdade é que se aquele portão continua lá como está, e agora com a utilização por parte do Clube Náutico e ainda por cima a zona onde eles têm a grua e fazem a entrada e a saída das embarcações, aquilo pode vir a ser complicado e pode inclusive apanhar alguém numa derrocada. Porque é um portão muito antigo que já lá está há muitos anos, mas com a utilização que aquele espaço agora vai começar a ter, diário e principalmente aos fins de semana por crianças da Vela, da Canoagem é necessário ter um bocado de atenção em relação àquilo, não só pela utilidade que aquilo tem de proteção também toda aquela zona que cria ali uma pequena enseada e o que protege a entrada das docas que lá estão.

E para terminar, em relação ao Museu da Música, na Capitão Leitão. O Museu da Música é uma obra que faz todo o sentido e felicitamos porque era um edifício que estava ali num estado de degradação muito avançado, mas custa-nos perceber o seguinte, que é o tipo de projeto que foi feito. Quando no meio da Capitão Leitão que é uma zona de proteção, uma zona que se procura preservar as fachadas, que se procura cuidar das fachadas, que é inclusive uma zona de intervenção e que aqui já várias vezes foi aprovado com reduções de IMI e para uma série de obras, como é que é possível a Câmara Municipal de Almada fazer uma obra em que desvirtuou completamente a rua, em que colocou um paredão enorme a nível do primeiro andar e que cria ali uma situação que não tem nada a ver com a realidade da rua e com as fachadas que lá estão. E quem lá for agora, depois dos taipais terem saído, olhem para a rua, olhem para o Museu e não é a obra que estamos a criticar, mas sim a fachada que colocaram na obra. Que aquilo não faz sentido meus Senhores, não se pode pedir aos proprietários que se mantenha as fachadas, que se cuide, que muitas vezes nem os deixa aumentar mais um andar ou umas furtadas, e depois a Câmara que é dona e senhora faz aquele tipo de intervenção. E é apenas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

isso que nós queremos lamentar. E é apenas porque achamos que é importante e tem um espólio que vai ser fundamental até para a preservação da memória colectiva de todos nós.”

#### 6.1.2.5 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas ou três questões sobre o Relatório em discussão. A primeira respeitante ao Plano Gerontológico do Concelho. Faz-se referência que este Plano foi apresentado junto da comunicação social, teve acompanhamento jornalístico e isto quer dizer obviamente que ele terá conteúdo para tal. E portanto, solicitava que o mesmo fosse em breves palavras também aqui apresentado. Perguntar também em que outros contextos este Plano foi apresentado, lembro-me que na Sessão da Assembleia anterior houve até uma Moção de regozijo da existência deste Plano, mas gostaríamos de saber mais alguma coisa sobre ele.

Faz-se uma síntese daquilo que são as atividades ou as modalidades desportivas em todos os equipamentos desportivos do Concelho e estranhamente e ao contrário daquilo que tem vindo a ser prática na informação um pouco até já mais detalhada e do número de pessoas que são abrangidas, neste caso resume-se a uma síntese muito sintética que é dizer no final, que há sete mil e quinhentos utentes abrangidos por todas estas modalidades e por todo o Concelho. Porquê, decidem e escolhem esta forma de apresentar dados que era bastante mais simples percebermos o que é que se faz em Almada e quantas pessoas são abrangidas por estas modalidades.

Faz-se uma referência também aos trabalhos que a rede social teve entre janeiro e fevereiro às reuniões no âmbito do núcleo executivo e por ai fora. Mas não ficamos a saber absolutamente nada sobre aquilo que se sabe que vai existir, que há um novo diagnóstico social e um novo PDS. O novo diagnóstico social é capaz de ser dos instrumentos de Planeamento e dos instrumentos de levantamento da nossa realidade em praticamente todos os sectores, um instrumento mais importante e que pode estar não apenas ao serviço da rede social, mas também ao serviço de todos os outros projetos e todas as outras estratégias que têm uma componente de planeamento. E portanto pergunto se a existência deste novo diagnóstico é ou não uma atividade respeitante aos meses de janeiro e fevereiro, se esta decisão foi de facto tomada em plenário e se não o que é que tem mais a dizer sobre estas questões.”

#### 6.1.2.6 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação ao ponto que estamos a tratar da Atividade Municipal dar novamente nota de que como todos sabemos a Câmara está a executar as Opções do Plano de 2012. Opções do Plano aprovadas por esta Assembleia e naturalmente com múltiplas ações e atividades concretizadas no quotidiano pelos Serviços do Município. A informação sobre a Atividade Municipal corresponde obviamente aquilo que resulta da execução por parte dos Serviços do Plano de Atividades e do Orçamento da Câmara Municipal. Estamos a falar de dois meses, meses de janeiro e fevereiro e obviamente que o que aqui está ainda é um tempo bastante limitado no que diz respeito à execução do Plano e do Orçamento da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmara Municipal. Mas obviamente que estes documentos não podem deixar de ser lidos e analisados em função desse outro que a própria Assembleia Municipal em devido tempo aprovou.

Aquilo que de um modo geral os Srs. Deputados aqui colocaram não tem propriamente a ver com o documento que aqui trazemos. Portanto, o documento que aqui está à vossa consideração traduz a atividade desenvolvida e obviamente que qualquer das questões aqui colocadas ou a maior parte delas não põem em questão o conteúdo do documento, portanto não faz perguntas, não pede esclarecimentos, de um modo geral, sobre o conteúdo do documento, mas sim sobre aquilo que se passa no Concelho e que os Srs. Deputados e bem, vão analisando e vão observando e legitimamente colocam à Câmara as vossas interrogações e as vossas perguntas. E portanto, da nossa parte, da parte da Câmara Municipal e da minha em particular, tenho todo o gosto em responder, na medida do possível, daquilo que conheço às questões colocadas. E faço esse esforço sempre que este tipo de abordagens é feita. E sistematicamente o que é feito é isso mesmo. Os Srs. Deputados Municipais de um modo geral e não é da minha parte nenhuma critica, mas de um modo geral o que fazem é observando o Concelho, observando o quotidiano da nossa vida coletiva, identificam questões com as quais estão ou não estão de acordo, precisam de as perceber melhor e trazem neste ponto da Ordem de Trabalhos as perguntas e o resultado dessa vossa observação. Mas também gostava de deixar nota que também deve ser compreendido que a Presidente da Câmara, qualquer eleito não pode de imediato ter condição para responder detalhadamente aquilo que é aqui trazido. O Concelho tem a sua dimensão, os serviços têm as suas responsabilidades e a sua intervenção quotidiana e os eleitos obviamente que também têm um conhecimento substancial e substantivo, mas não completo naquilo que é a realidade diária de cada rua, de cada sitio do nosso Concelho. E portanto, eu pedia a vossa compreensão para as respostas que são dadas porque elas não são dadas como à vontade, são dadas com muito boa vontade e com muito empenho, mas são dadas naturalmente com as dificuldades inerentes a quem é confrontado com perguntas sobre cada quase palmo do Concelho e naturalmente para as quais é impossível ter de imediato a resposta desejada.

E portanto, eu começava por dizer que em relação a estas questões que são trazidas sobre a Quinta do Texugo e Quinta de Santa Teresa, e em particular Quinta do Texugo, isto resulta de intervenções particulares, ontem mesmo tivemos ocasião de aqui fazer referência à Quinta do Texugo a propósito de uma Moção que foi apresentada na Assembleia Municipal e na altura tive a oportunidade de referir e também aqui isso foi relevado, que se trata de uma urbanização não recepcionada. É verdade, é isto. Trata-se de uma urbanização de um particular, o particular tem responsabilidades relativamente a tudo o que são infraestruturas e espaços exteriores. Portanto, uma urbanização para além do loteamento que tem a ver com o desenho urbano, tem depois a execução das infraestruturas, elas correspondem a rede de saneamento básico, à rede de eletricidade, às redes, todas as redes de subsolo, mas também à execução dos pavimentos das ruas, dos passeios, dos espaços exteriores que são objeto de apreciação em sede de processo de obras de infraestruturização. Portanto, há duas componentes do processo de loteamento, um é o loteamento propriamente dito que tem a ver com o desenho urbano e outro é o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

projeto de obras de infraestruturas e tem a ver com a execução do loteamento no terreno. E o particular tem naturalmente que executar todas essas obras de infraestruturas de subsolo, de arruamentos, de passeios e de espaços exteriores aprovados no contexto do L.O.. Depois tem um tempo para executar e depois de estarem executadas as obras, tem uma garantia bancária que entrega antes do levantamento do alvará de urbanização e tem naturalmente um tempo para executar. Acontece por vezes que depois das obras estarem feitas e isto naturalmente enfim, que não é único caso, há vários casos desta natureza, as obras são sujeitas a um processo de vistoria e de receção provisória. Portanto, o que acontece é que as equipas multidisciplinares da Câmara deslocam-se às urbanizações, fazem a avaliação daquilo que está feito no terreno e em função dos projetos aprovados, se o que está feito responde, respeita os projetos aprovados e se está devidamente feito, e se está adequadamente feito quer os pavimentos, quer os passeios, quer os espaços exteriores. E quando as obras não estão bem feitas ou quando não respeitam os projetos que foram aprovados em sede de projeto de infraestruturas os serviços não recebem a urbanização, não recebem as obras e naturalmente notificam o urbanizador para corrigir, para rectificar, para mesmo ao nível das obras no espaço exterior por exemplo se não corresponde ao que está aprovado tem que emendar e tem que pô-lo em conformidade com o que está aprovado. E portanto nós temos esta situação e temos outras no Concelho, em que a receção provisória não é feita enquanto as obras não estão em condições de ser recepcionadas e não respeitam os projetos aprovados, e isto é defender o interesse público porque o particular tem que executar, se nós fizermos a receção provisória, o que acontece é que o Município fica apenas com dez por cento da garantia bancária, a garantia bancária é entregue exatamente para garantir que as obras são bem feitas, são feitas de acordo com os projetos de infraestruturas e portanto a receção provisória é um momento muito importante na defesa do interesse público. Se as obras forem mal recepcionadas o Município a seguir fica apenas com 10% que obviamente se forem necessárias na receção definitiva muito investimento, muita intervenção, o dinheiro depois já não chega e o urbanizador já não consegue corrigir aquilo que à partida teria que fazer. E portanto estes processos têm que ser naturalmente geridos com muito rigor no sentido de acautelar o interesse público na fase, no momento da receção provisória. No caso concreto é isto que está em causa, portanto o projeto não está em causa, há bocadinho a Sr.<sup>a</sup> Vereadora dava-me aqui nota que também há equipamento naquele espaço exterior, mas há diálogo com o urbanizador, isso está a acontecer e não só a nível técnico como também ao nível do eleito, no caso da eleita desta área.

Depois há aqui questões que têm a ver com o problema dos pinheiros, há de facto uma doença que está a afetar os pinheiros. Há da parte dos técnicos um acompanhamento, há várias doenças. Eu estava aqui há pouco a tentar perceber relativamente a este território qual é o tipo de doença que está identificada, obviamente se estivesse aqui a Arquitecta Cristina Fonseca que é a Chefe de Divisão dos Jardins e dos Espaços Verdes dava-lhe logo uma resposta absolutamente exaustiva, completa, etc., sobre a problemática em análise. Da parte da Presidente da Câmara certamente que não pode esperar uma resposta do mesmo tipo. O que eu posso dizer é que é um problema identificado, que os serviços





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

estão a acompanhar e estão a acompanhar de uma forma tecnicamente competente, porque temos internamente também essa competência técnica instalada. Depois há aqui um conjunto de outros aspetos que têm a ver com o quotidiano e que foram devidamente registado para se transmitir aos serviços, no sentido de intervirem, se é lixo tem que se resolver, desinfestação não faz sentido que não haja, mas as desinfestações são periódicas e são feitas por empresas com contratação de serviços por parte da Câmara. No entanto, sempre que há uma situação anormal, para além daquilo que é corrente que a empresa faz pelo Concelho inteiro. Ao termos conhecimento dessa situação anormal é comunicado à empresa e a empresa volta por ventura ao mesmo sítio onde já esteve. Portanto, faz um reforço de intervenção sempre que se identificam situações um pouco anómalas.

Queria dizer que em relação à Quinta do Texugo, a questão da Vala é uma obra que vai ser feita pelos Serviços Municipalizados e por aquilo que estávamos aqui a trocar também informação há pouco com o Presidente dos SMAS, é uma obra que se iniciará no mês de maio. Ela foi identificada logo à partida, quando definimos que naquele local se faria a Escola do 1º Ciclo mais Jardim de Infância, com quinze salas de aula da Charneca em Santa Teresa, nós identificámos logo a questão da Vala e todo o trabalho técnico foi feito de forma articulada entre o Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados. Tendo em conta que é uma Vala é os Serviços Municipalizados que assume esta intervenção e a parte da construção da Escola é da competência da Câmara Municipal. Há articulação e a intervenção começará no mês de maio. Penso que no essencial é isto.

Depois quero dizer que em relação ao aterro sanitário, obviamente que não tenho resposta, não estou aqui em representação da AMARSUL, portanto se estivesse aqui em representação da AMARSUL dominaria com certeza esta matéria. Portanto não estou em condições de responder.

Já quanto à questão do encerramento ao Domingo, quero dizer que da parte da Câmara Municipal este assunto connosco não está arrumado, nós continuamos a depositar ao domingo e estamos naturalmente em articulação com a AMARSUL, porque para Almada nós não aceitamos que o aterro ou a estação não funcione ao domingo. Para Almada a estação tem que funcionar todos os dias da semana porque Almada tem características muito particulares, não temos condições para avaliar a realidade dos outros Concelhos, mas sabemos qual é a realidade do nosso Concelho e naturalmente partindo da realidade e das necessidades específicas que temos, nós fizemos saber à AMARSUL que para nós a deposição tem que ser feita durante todos os dias da semana. E portanto, estamos em diálogo com a AMARSUL e para nós a estação não fechou.

Queria também dar conta de que relativamente a outros aspetos como a Praia da Rainha, fica aqui nota de que há problemas na arborização. É difícil e todos sabemos que a zona das praias tem um clima muito especial e que as espécies arbóreas neste território não resistem com muita facilidade. E portanto tem havido algumas experiências variadas relativamente a esta área, quanto à espécie mais adequada para a zona atlântica. Claro que nós quando nos afastamos do mar mais para o interior é mais fácil a identificação de espécies que resistem ao clima, quando estamos mais próximos do mar a situação é



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

mais difícil. Eu penso que foram em determinada altura as rodinhas que foram por ali colocadas, é um assunto que o Vereador Rui Jorge não deixará de registar e de depois avaliar e informar. Mas é esta a situação. Tem havido dificuldade, quem colocou aquelas árvores não foi a Câmara, aquelas árvores foram colocadas como certamente quem perguntou saberá, que foi o Instituto da Conservação da Natureza, de qualquer maneira a Câmara Municipal não regateia a quem é que cabe plantar uma árvore e temos tido relativamente a esta matéria algum acompanhamento. Mas é importante que as árvores tenham adequabilidade ao local e se pudermos contribuir para que assim aconteça não deixaremos de o fazer sempre, em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza, porque de outra forma também não é possível.

Em relação à rede de hortas municipais, de facto é um trabalho muito sério que está a ser feito há algum tempo no nosso Concelho. Não é um trabalho a olho, não é um trabalho empírico, é um trabalho técnico bastante sustentado e tem vindo a ter as suas diferentes fases de trabalho. Neste momento estamos a incidir na Costa da Caparica. Há duas ou três áreas, de momento é o que tenho de memória relativamente ao arranque deste projeto, mas não é para amanhã, portanto este tipo de projeto tem as suas exigências, claro que as pessoas estão a plantar em vários sítios do Concelho, sabemos que por exemplo a partir ali da estação do Pragal para a direção da Caparica, há muitos terrenos que estão a ser usados com hortinhas, mas são situações improvisadas, não é um parque de hortas urbanas formal, devidamente estruturado, com regras para poderem ser concursados esses espaços. São iniciativas da própria população que observando terrenos disponíveis os aproveita, e felizmente que há tolerância para que eles possam ser cultivados, existem e é interessante que existam. No entanto, para passar do informal para o formal há exigências que se colocam e é aí que nós estamos a trabalhar, e portanto é um trabalho bastante completo e já bastante avançado que está feito e a prioridade que está apontada é para a Costa da Caparica, no sentido de podermos ter um parque de hortas urbanas devidamente estruturado e fechado e o regulamento de atribuição e a partir daí avançarmos para um concurso de atribuição dos espaços com as respetivas condições.

Queria também deixar nota que nós em relação ao parque de máquinas e viaturas, é um processo que está em curso, temos um plano de renovação da frota que está a decorrer, já há várias viaturas adjudicadas, outros processos em concurso, neste momento não tenho aqui condições para dar um ponto da situação, do que é que está, do que é que está para chegar e obviamente que poderei dar essa informação mas de momento não tenho condição para o fazer. Mas o que digo é que o plano de renovação da frota tem vindo a ser concretizado, começou pelas viaturas pesadas, pelas varredouras, depois pelas viaturas de média tonelagem, portanto há aqui um conjunto de critérios que foram estabelecidos para a renovação da frota. E também é em função das possibilidades que também estão equacionadas do ponto de vista financeiro. O plano também tem essa vertente.

As árvores. As árvores vão-se plantando, vão-se plantando durante o ano em situações de substituições por árvores envazadas, mas não de uma forma generalizada. Portanto, não deixa de se fazer esta plantação, mas é bastante pontual, onde de todo se deve usar este procedimento e depois nos períodos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

mais adequados do ano fazem-se essas plantações de raiz nua. Queria deixar nota que não há nenhuma Freguesia que seja preterida, mas esta questão não pode ser vista em função da Freguesia, é onde é necessário, porque nós temos Freguesias mais florestadas, menos florestadas, mais arborizadas, menos arborizadas, mais rústicas, mais urbanas e naturalmente que é em função também dos espaços disponíveis que as árvores são plantadas e onde se justifica. Não há aqui critérios que diferenciem as Freguesias, senão aqueles que têm a ver com a sua realidade própria.

Também queria deixar nota que quando falo da iluminação pública, falo com muita seriedade e com muito respeito pelas pessoas, e ontem o que deixei aqui nota foram duas ou três referências a mais de três ou quatro dezenas de Municípios que também estão a tomar as suas medidas relativamente a esta matéria. E fiz de propósito, não referi o nome de nenhum Concelho. E fi-lo pelo respeito que tenho pelo trabalho dos meus colegas autarcas de outros Concelhos, porque não quero entrar aqui no despique de este Concelho está a fazer bem e o outro está a fazer mal. Mas antes e apenas para ajudar os Srs. Deputados Municipais a perceberem que esta matéria nomeadamente dos relógios astronómicos, da própria telegestão e de medidas de apagar a iluminação pública durante a noite, nomeadamente estão a acontecer independentemente das forças políticas. E portanto, não fiz referência aos Concelhos porque considero que não é por ai que a questão deve ser colocada, mas apenas como a título de informação de que isto não está a acontecer apenas em Almada, ou apenas nos Municípios maioritariamente geridos pela CDU. É uma preocupação dos autarcas e dos autarcas de todas as cores e sensibilidades políticas e cada um de acordo com a sua realidade própria está também a tomar as suas medidas próprias.

Em relação às questões legais, enfim penso que foi feito aqui um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não me ia naturalmente debruçar sobre isso, dizendo que fazemos tudo para que a Lei seja cumprida, sempre procurámos aperfeiçoar o trabalho na medida em que ele assim o exija, mas não temos consciência de estar a sonegar seja o que for aos Srs. Deputados Municipais.

Penso que por vezes há quem saiba mais do que os próprios eleitos na Câmara, não sei se é por conhecimentos dentro da própria entidade da justiça, mas o que é verdade é que por vezes fazem-se afirmações que os eleitos na Câmara não conhecem e hoje foram feitas aqui algumas que não conhecemos, eu não conheço e outros eleitos também não conhecem. Portanto, eu não tenho amigos especiais nas instâncias judiciais e portanto recebo quando formalmente me é comunicado, a Câmara recebe quando formalmente é informada ou lhe é dirigida alguma comunicação.

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado Miguel Salvado que em relação por exemplo à questão do Clube Náutico de Almada. Felicitou muito bem, eu penso que também poderia felicitar a Câmara. Não dá jeito não é? Mas se o Clube Náutico de Almada vai ter novas instalações e se falar com o Clube Náutico de Almada dir-lhe-ão que foi a Câmara Municipal que se empenhou de uma forma total e sem limites de diligências junto de todas as entidades para conseguir encontrar uma alternativa àquela que foi retirada ou que foi recusada ao Clube Náutica de Almada e que tenha exatamente a ver com o antigo Olho de Boi. Isto porquê? Porque as entidades públicas entenderam não fazer a obra de consolidação que era



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

necessária naquele local e portanto o Clube não poderia continuar e perdia os fundos comunitários que entretanto tinha conseguido no quadro de uma candidatura que a própria Câmara liderou, que apresentou ao QREN e que convidou naquela oportunidade o Clube Náutico como convidou outras instituições e organizações não governamentais.

Dizer então que a antiga estação da Transtejo não foi fácil, não foi um processo absolutamente nada fácil, mas felizmente que gastámos bem, muito tempo, gostamos bem muito tempo, muitos dias, muitas horas, muitos meses, anos, mas foi possível conseguir chegar ali. E as dificuldades são recorrentes a toda a hora apareciam problemas novos, dificuldades novas, mas sempre fomos conseguindo contorná-las em diálogo com as diferentes entidades e felizmente que chegámos ao ponto em que hoje estamos. O Clube Náutico, a história é esta, nós vamos também, já começámos a trabalhar na Doca para onde será encaminhado o Barracuda e portanto toda a intervenção naquele território, na própria Doca e naquela envolvente está a ser feita pela Câmara em colaboração com a Marinha, exatamente na perspectiva de poder ser querenado o Barracuda ali naquele local. Portanto, as questões que ali estão são questões sobre vigilância, e neste contexto serão com certeza tratadas e acauteladas aquelas que disserem respeito a estas entidades.

Quanto ao Museu da Música eu gostava de deixar nota de que a questão colocada não é apropriada. Portanto, nós não estamos a exigir que a fachada naquele território seja respeitada. Depende das situações. Por exemplo aquele edificozinho que lá estava onde nasceu o Leonel Duarte Ferreira não tinha fachada, o que restava era a parede da frente, uma portinha e duas janelas, portanto nem sequer era um edifício de primeiro andar. Era um edifício de rés-do-chão, foi feito um projeto para o Museu que alinhou pelo edifício ao lado, portanto a cêrcea passou a ser a mesma e o projeto de arquitetura tem esta intencionalidade que é marcar naquele território um edifício cultural. E portanto a intencionalidade do Arquiteto que desenvolveu o projeto é esta e parece bem, aliás se nós formos um pouco mais à frente encontramos um outro elemento singular que é o Museu do Sítio. No Museu do Sítio também o que lá temos é uma peça arquitectónica que é diferente da envolvente e tem exatamente a ver com este critério de intervenção, de renovação urbana. Edifícios culturais marcantes no território, uma outra arquitetura. Aliás o outro já nem existia, tinha havido uma demolição, havia uns silos que foram identificados e fez-se um projeto de raiz para aquele território. Já por exemplo na Igreja do Espírito Santo, no antigo Salão das Carochas, o que vai acontecer é o respeito pela traça, porque não se vai demolir o edifício, vai-se recuperar e vai haver de facto o respeito pela traça.

Não posso dizer qual é que vai ser o prazo, qual é a data para a conclusão do Parque Urbano do Pragal, porque penso que se lembrarão, pelo menos, não sei se no contexto da Assembleia Municipal, mas já abordei isto pelo menos uma vez, a filosofia de construção do Parque Urbano do Pragal é a mesma do Parque da Paz, portanto é construir com os próprios recursos internos, é a equipa do Parque da Paz que constrói o Parque Jardim Urbano do Pragal. E o próprio projeto foi feito pelo Gabinete do Parque da Paz. Portanto, vai sendo construído, penso que a primeira ideia será avançar com a parte norte de modo a criar num primeiro momento algum espaço já utilizável pela população. Ir construindo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

por etapas o resto mas sempre com esta preocupação. À medida que se vai construindo, dar a oportunidade a que algumas áreas fiquem acabadas e a população possa ir usufruindo do espaço. A mesma lógica do Parque da Paz.

Deixa aqui uma questão do corredor Bus, é uma questão a ver, neste momento não tenho possibilidades de referir.

Deixar nota que no Plano para 2012, nas Opções do Plano, há nas linhas de orientação uma atividade específica que consiste exatamente na conclusão da avaliação das soluções associadas ao Plano de Mobilidade. Isto está lá, avaliação das soluções associadas ao Plano de Mobilidade. Este trabalho está a ser feito. E está a ser feito não apenas num eixo, numa rua, numa área, mas em todas as áreas onde o Plano de Mobilidade incidiu. E nós temos quatro zonas onde houve intervenção a partir das soluções do Plano de Mobilidade e essa avaliação está prevista e está a acontecer este ano a partir da execução do próprio Plano de 2012. É um trabalho que está em curso, contamos tem como tínhamos apontado no primeiro semestre ter algum resultado já substantivo e veremos quais são as conclusões a que chegamos, quais são as medidas que se revelam adequadas e que devem permanecer como tal, as medidas que exigem outras complementares. Enfim, é um trabalho técnico sério que a seu tempo será concluído e teremos a oportunidade naturalmente de avaliar os seus resultados. Depois, quero dizer também à Ana Salvado que naturalmente teremos todo o gosto se houver interesse da Assembleia Municipal em que o Plano Gerontológico possa ser apresentado, podemos fazê-lo, deixo aqui nota.

O Sr. Vereador António Matos que é responsável por esta área poderá em conjugação com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, reunir as condições para que este Plano possa ser apresentado e possa ser do conhecimento dos Deputados Municipais que tenham interesse em melhor apropriar este Plano.

Depois a questão que colocou do Desporto, tem razão, é que houve aqui mudança de um dirigente e de facto aquilo que era habitual, uma informação muito pormenorizada, já não houve tempo de corrigir. É de facto uma pessoa que está há bastante pouco tempo nos serviços e que não seguiu, mas terá que seguir a orientação que está estabelecida para a informação sobre a área do Desporto é muito sintética e portanto precisa de ser mais detalhada e é isso que habitualmente vem na Informação à Assembleia Municipal.

O trabalho da rede social no que diz respeito ao diagnóstico social e ao plano de desenvolvimento social, claro que a Câmara Municipal tem a sua intervenção, nós procuramos é na Informação à Assembleia não deixar de referir aquilo que vai acontecendo no âmbito do Conselho Local da Ação Social, da rede social. O trabalho não é só da Câmara, o trabalho é da rede. No entanto parece-nos importante que na medida do possível fizemos essa recomendação à nossa Chefe de Divisão que tem esta área, de modo a que ela também na Informação à Assembleia ter sempre em consideração a necessidade de dar a conhecer a evolução dos trabalhos que vão acontecendo no âmbito da rede social. E portanto o que posso dizer é isto, o trabalho do diagnóstico do Plano é no contexto da rede naturalmente cada parceiro tem a sua intervenção e em Plenário o primeiro plano de desenvolvimento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

social, e este também assim será, a revisão teve em consideração o próprio diagnóstico apresentado em Plenário, a própria aprovação do Plano de Desenvolvimento Social foi feita por cada uma das entidades, por cada um dos parceiros, e depois em sede de Plenário também foi tomada a respetiva decisão. É neste quadro que o trabalho se desenvolve.”

**6.2** – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas nºs 61/X-3º e 62/X-3º de iniciativa da Câmara Municipal e aprovadas em Reunião Camarária de 29/03/2012, sobre os “Documentos de Prestação de Contas referentes a 2011” - Relatório e Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município - Relatório e Conta de Gerência de 2011 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS e considerou-se ainda os documentos de Certificação Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Informação nº 14/2012 sobre a Consolidação de Contas do Grupo Municipal, respectivamente, (**Conforme Anexos XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV**).

**6.2.1** – Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar as referidas Propostas.

**6.2.1.1** – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu e o Presidente dos SMAS chegámos a um entendimento comum, que partilhamos com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e tem a ver com a rentabilização do tempo. Portanto, nós consideramos que tendo os documentos quer da Câmara, quer dos SMAS sido distribuídos com alguma antecedência e portanto tendo sido com certeza também objeto da vossa análise e da vossa reflexão, que seria proveitoso para todos que nós não gastássemos tempo a falar do que aqui está, que pudéssemos guardar o nosso tempo para as respostas, até porque na segunda-feira a ordem de trabalhos aponta para intervenções relativamente às Comemorações do 25 de Abril, e portanto parecemos a nós mais adequado gastarmos o nosso tempo nas respostas aos Srs. Deputados Municipais. Ficaríamos nesta posição, aguardando pelas perguntas para depois podermos intervir e responder.”

**6.2.1.2** – No entanto a apresentação/introdução aos documentos é a seguinte:

“No presente Relatório e Conta de Gerência de 2011, coloca-se à apreciação dos Órgãos Autárquicos competentes – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – a apreciação da vasta atividade produzida nas múltiplas áreas de intervenção do Município no exercício em apreço, através do relatório de gestão produzido pelo conjunto dos Serviços e respetivos Dirigentes Municipais das diferentes unidades orgânicas e serviços.

Este documento reflete, por isso, uma ampla e multifacetada abordagem à atividade da Câmara Municipal em 2011, enriquecendo aquele que é o legal, necessário e obrigatório registo, com uma síntese rica e fiel do esforço por todos desenvolvido, no sentido do cumprimento das 134 Linhas de Orientação que integram os sete Eixos Estratégicos, pilares essenciais do processo de desenvolvimento “*Sustentável, Solidário e Eco-Eficiente*” do Concelho de Almada.

Os resultados alcançados durante o exercício em apreciação correspondem a uma nova etapa concretizada com êxito, no caminho da consolidação das condições que garantam uma vida cada vez melhor a todos os Almadenses.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Um êxito que se deve necessariamente sublinhar, porquanto se registou num quadro económico e financeiro de enormes dificuldades a nível nacional. O exercício relativo ao ano de 2011 decorreu, com efeito, num ambiente nacional ainda mais deteriorado do que aquele que, faz precisamente um ano, havíamos referenciado aquando da apreciação dos resultados do exercício de 2010.

Ao contexto de crise generalizada verificado no exercício de 2010, atingindo níveis nunca vistos que referíamos como aspeto caracterizador fundamental, o ano de 2011 não apenas não revelou qualquer alívio daquela realidade, como à crise somou mais crise, às dificuldades somou mais dificuldades, à recessão económica e social somou mais recessão ainda.

Neste contexto de profunda recessão que se aprofundou ainda mais no País em 2011, não podemos deixar de destacar o recurso, por decisão do Governo da República, a um pedido de “auxílio financeiro externo”, o qual foi concedido ao País pelas instituições internacionais envolvidas mediante as condições de todos conhecidas.

São condições que geram efeitos profundamente negativos, mesmo dramáticos, na vida económica e social dos Portugueses, sentidos com tremenda violência no dia-a-dia. São efeitos que castigam duramente a vida dos cidadãos, em particular daqueles que detêm menores capacidades e recursos económicos, e castigam igualmente a capacidade de intervenção dos Municípios designadamente no que se refere à prestação dos serviços públicos aos cidadãos, de que estão incumbidos pela Constituição da República e pelas Leis do País.

Foi neste quadro que o exercício agora em análise se desenvolveu, pelo que os resultados alcançados no nosso Município, de que o Relatório e Conta de Gerência nos dá conta, justificam que se deva fazer sobressair ainda mais a sua exemplaridade no que à intervenção municipal diz respeito, pois traduzem uma realidade local que apresenta em contraciclo, face ao descalabro das contas públicas nacionais, pese embora as enormes e inaceitáveis contingências e dificuldades impostas a todos os Municípios incluindo Almada.

Dos notáveis resultados alcançados em 2011, que contribuíram para reforçar o *Desenvolvimento Sustentável, Solidário e Eco-Eficiente* em cada um dos sete Eixos Estratégicos que dão forma e conteúdo à intervenção municipal em Almada, aqui ficam algumas breves palavras de avaliação relativamente aos progressos verificados e também à concretização dos objetivos orçamentais.

*Almada+* no Eixo da Renovação Urbana e Desenvolvimento Socioeconómico.

Em 2011 foi possível dar um novo e significativo impulso no âmbito da Renovação Urbana e do Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho, tendo sido realizadas intervenções de carácter estruturante para o desenvolvimento de Almada.

À Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cacilhas, constituída em 2010, a primeira do País nos termos da legislação publicada em outubro de 2009 cuja execução avançou com resultados estimulantes, foram adicionadas duas novas frentes de trabalho e intervenção, tendo-se constituído e aprovado as Áreas de Reabilitação Urbana de Almada e da Trafaria.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Igualmente no domínio do património edificado, foram desenvolvidos 81 estudos urbanísticos ao abrigo da figura de “remate urbano”, incidindo sobre edificações em ruínas, visando estimular a regeneração do tecido urbano de Almada, e consequentemente também dos seus tecidos económico e social.

Concorrendo para o mesmo objetivo de regeneração urbana, prosseguiu e aprofundou-se a Campanha “Habitar é Conservar”, que visa a sensibilização e realização de obras de manutenção e conservação do parque habitacional privado pelos respetivos proprietários, donde resultou mais de uma centena de edifícios com obras de conservação realizadas, mais de 700 vistorias técnicas efetuadas, e 490 notificações para realização de obras.

Ao nível da gestão das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), para além dos alvarás de loteamento emitidos, importa sublinhar, entre muitas outras ações desenvolvidas, a receção provisória de infraestruturas, acompanhamento em fase de obra já adiantada em vários processos, a dinamização dos mecanismos de organização de proprietários em processos menos desenvolvidos e a promoção da legalização de habitações em AUGI com alvará de loteamento já emitido, envolvendo centenas de proprietários do Concelho.

Ainda no domínio da regeneração urbana, justifica igualmente uma referência de destaque nesta introdução o desenvolvimento dos processos no âmbito do Programa Polis XXI e dos respetivos projetos de reabilitação e requalificação do tecido urbano, incluindo dois projetos de animação cultural associados à promoção económica e social da zona histórica da Cidade de Almada.

Foram dados passos significativos na concretização dos Programas de Ação “Bairros Críticos”, “Revitalização das Zonas Ribeirinhas”, “Centros Históricos”, e do Programa Estratégico “Almada: Laboratório de Ideias”. Foram concluídas as obras de ampliação e modernização do Museu Naval, iniciadas as obras do Museu da Música (Filarmónica) e do Centro de Interpretação de Almada Velha, avançaram os concursos de obra pública da Universidade Sénior de Almada, e do Quarteirão das Artes – Espaço para Indústrias Criativas.

Prosseguiu o Programa de Promoção do Centro Histórico (Almada/Cacilhas) cujos projetos enquadrados no Polis XXI e outros, constituem um potencial de grande relevância de que este relatório dá conta, a que acresce a carenagem do Submarino “Barracuda” em Cacilhas em 2012, conforme Protocolo celebrado com a Marinha Portuguesa em 2011.

O apoio e incentivo à atividade económica e criação de emprego no Concelho manteve-se com a isenção da Derrama para volume de negócios até 150 mil euros, isenção de taxas de 80% e 100% para o Turismo e Indústrias Tecnológicas, tendo ainda sido celebrado um acordo para a gestão do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI), entre a Câmara Municipal de Almada, a Faculdade de Ciências e Tecnologia, o Madan Parque de Ciência, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e a Nova Almada Velha – Agência de Desenvolvimento Local.

O Gabinete, no quadro do acordo celebrado, iniciou de imediato a elaboração de um Programa de Apoio ao Empresário, desenvolveu uma abordagem à rede local de parceiros de suporte à componente



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de empreendedorismo social, e deu início ao estudo para a constituição do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no âmbito do Programa FINICIA, entre outros trabalhos.

A intervenção desta estrutura potencia, assim, a capacidade de promoção do empreendedorismo já instalada no Concelho e desenvolvida fundamentalmente em torno das duas Agências de Desenvolvimento Local Arribatejo e NovaAlmadaVelha, a que se irá juntar o Quarteirão das Artes, e do Madan Parque – Parque de Ciência e Tecnologia de Almada. Esta incubadora de empresas do nosso Concelho justifica, nesta oportunidade, uma referência especial de homenagem e saudação por ter sido considerada, em 2011, a terceira melhor incubadora do mundo.

A par do desenvolvimento do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento Turístico de Almada, no âmbito do qual foi constituída a Plataforma de Atores que envolve 67 entidades com intervenção neste sector de atividade económica, foi definido o Plano Plurianual de Ação 2012/2013 a executar em parceria, e foram constituídos grupos de trabalho sectoriais dedicados aos produtos turísticos: Sol e Mar, Restauração e Gastronomia, Turismo Religioso, Golfe, Turismo de Negócios, Sectores de Alojamento e Animação Turística.

Em 2011 cresceu a procura do Concelho, tendo-se acolhido 75 iniciativas (congressos, seminários, encontros) com sete mil participantes, e cerca de 14 mil turistas atendidos nos Serviços de Turismo.

Ao nível do Planeamento prosseguiram os trabalhos de Revisão do Plano Diretor Municipal com os respetivos Estudos de Caracterização, Relatório de Definição de Âmbito, e processo de Avaliação Ambiental Estratégica, e a elaboração de diversos instrumentos de gestão territorial – Estudos Estratégicos, Planos de Pormenor e Plano de Urbanização – tendo-se acompanhado em permanência o processo de alteração ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), cuja proposta final, embora por decidir em Conselho de Ministros, continua a condicionar o desenvolvimento dos processos de planeamento em curso no Concelho.

Temos ainda que assinalar de forma negativa a situação de impasse verificada durante todo o ano de 2011 no que se refere aos dois mais importantes Projetos Estratégicos e de interesse nacional, e de grande relevância para o nosso Concelho, o Polis da Costa da Caparica e o Arco Ribeirinho Sul, com o Plano de Urbanização da “Cidade da Água”. Um ano de paragem com prejuízos assinaláveis para Almada e para o País.

*Almada+* no Eixo do Ambiente, Biodiversidade e Energia.

Neste Eixo assumem especial relevância os estudos, a sensibilização, a gestão e intervenção ambiental, com resultados assinaláveis em diversos domínios.

Almada continuou a dar, ao longo do exercício de 2011, o seu contributo para o esforço de combate aos fatores que se encontram na origem das alterações climáticas e que afetam o Planeta, desenvolvendo e aprofundando programas e ações de que se destaca:

- O Observatório das Emissões de Gases com Efeito de Estufa em Almada associado à participação no Pacto dos Autarcas e Pacto das Cidades sobre o Clima (Pacto da Cidade do México);
- O “Plano de Ação para a Energia Sustentável”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A adoção do conceito “Aptidão Energética à Edificação” no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal;
- O Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos”;
- Os Estudos para adaptação às Alterações Climáticas em parceria com instituições universitárias e de investigação no domínio da proteção do clima.

Prosseguiu também a monitorização da qualidade das águas do Estuário do Tejo, designadamente ao nível da macrofauna bentónica da frente ribeirinha, no âmbito do projeto BioMonit – Tejo, Monitorização Ecológica do Estuário do Tejo, e as campanhas regulares de monitorização da qualidade microbiológica da água estuarina.

Prosseguiu a caracterização das comunidades vegetais do concelho de Almada e a defesa e promoção da biodiversidade existente no território do Município. Iniciaram-se os trabalhos de elaboração do Plano de Ação Local para a Biodiversidade. Prosseguiu o desenvolvimento de estudos de fragmentação em diferentes habitats do Concelho, e foi aprofundado o projeto “Rede de Parques Agrícolas Urbanos de Almada”.

Foi assegurada a monitorização da qualidade do ar, a gestão do modelo previsional da Carta de Ruído, a gestão da Estrutura Ecológica Municipal. Participámos em projetos de parceria com outras cidades europeias, nomeadamente: “Processos Integrados de Tratamento de Água Potável”, “Tecnologia e Sustentabilidade Energética no Ambiente Construído”, “Categoria Energética de Edifícios”, “Rede Europeia de Centros Educativos 50/50”.

Prosseguiu um programa coerente e estruturado de Educação e Sensibilização Ambiental, desenvolvido particularmente junto dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho mas sem descurar as iniciativas especificamente dirigidas para a promoção de uma cada vez mais elevada consciência ambiental por parte de todos os cidadãos. Destacam-se:

- A 8ª Edição do Mercado de Natal Amigo da Terra que envolveu quatro dezenas de entidades participantes e 14 mil visitantes em cinco dias;
- O prosseguimento da campanha de sensibilização “Almada Limpa”;
- A 11ª “Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Europeu Sem Carros”;
- A realização de inúmeros percursos de educação e sensibilização ambiental;
- Sessões no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental e Aquário Virtual na Costa da Caparica;
- O funcionamento regular e permanente dos serviços da Ecoteca Municipal na Casa Municipal do Ambiente;
- O desenvolvimento do projeto europeu EURONET 50/50 – Rede Europeia de Centros Educativos.

As praias da Sereia, da Mata, de Santo António e de S. João da Caparica foram galardoadas com a “Bandeira Azul” (total das praias candidatas), tendo-se concretizado neste âmbito um amplo programa de sensibilização ambiental.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em 2011 merecem especial destaque no âmbito da “Semana Europeia da Mobilidade” o lançamento do livro “O Meu Livro de Bicicletas”, editado pelo Município, o lançamento do filme sobre mobilidade em Almada promovido pela Comissão Europeia, o *Workshop* Europeu “Pistas para tornar a Semana Europeia da Mobilidade um sucesso local” e a instalação do quiosque TRANSPORTIS na Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Almada venceu em 2011 o “Prémio Semana Europeia da Mobilidade 2010” atribuído pela Comissão Europeia.

As áreas de intervenção municipal correspondentes à gestão do sistema de recolha, tratamento e deposição de resíduos sólidos urbanos e dos espaços verdes, apresentam valores gigantescos no que se refere ao volume de trabalho realizado, evidenciando também uma enorme amplitude.

Em 2011 foram removidas mais de 100 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, de limpeza de ruas e praias, de entulhos e terras, valores aos quais devemos ainda adicionar 10 mil toneladas de monos e aparas de jardins recolhidas pelas Juntas de Freguesia por vezes apoiadas pelos serviços camarários, e quase oito mil toneladas de vidro, embalagens, papel e cartão para reciclagem.

Foram realizadas quase 3.800 ações de grandes limpezas, remoção de contentores de grandes dimensões (15 m<sup>3</sup>), aplicação de herbicida e desinfestações em toda a área do Concelho, colocação de estruturas nas praias e sacos em dispensadores para dejetos animais. A manutenção, colocação, substituição e lavagem de contentores coletivos e individuais registou mais de 5.600 intervenções, e foram utilizados 70.000 sacos para deposição de resíduos durante a época balnear nas praias do Concelho.

No que se refere à Rede de Parques e Jardins, com dez Parques Urbanos e 41 Jardins, incluindo o Jardim Botânico “O Chão das Artes” registou-se a construção e manutenção permanente em cerca de 40 hectares com 39 mil horas de trabalho efetuado pelos serviços e avançou a construção do Parque Urbano da Caparica e o Estudo Prévio do Parque/Jardim da Trafaria.

Àquela rede acresce o Parque da Paz, grande pulmão verde da Cidade com os seus 60 hectares, registando-se para além da construção e conservação permanente de que o relatório nos dá conta, o início da construção do Parque Urbano da Quinta dos Crastos que se articulará com o Parque da Paz ligando o Norte ao Sul da cidade, tendo-se registado a deposição e modelação de 150.000 m<sup>3</sup> de terras de empréstimo.

Dos números que integram este Relatório, realce ainda para o material arbóreo utilizado, que se traduziu em mais de 30.000 unidades, cerca de 900 reparações do sistema de rega, 12 mil operações de rega manual (árvores e floeiras), e mais de uma centena de pequenas intervenções nos espaços de recreio infantil.

Foram dados passos significativos no sentido da promoção de uma utilização mais racional da energia por parte de todos, merecendo destaque o desenvolvimento do projeto europeu RELACS que visa a introdução do consumo de energias renováveis em equipamentos turísticos, a aprovação da candidatura do Sistema de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica ecoeficientes em Almada



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

(EcoEnLight) pelo Programa Operacional da Região de Lisboa, a introdução de medidas de eficiência energética e energias renováveis em edifícios e equipamentos municipais, a par de medidas de racionalização do consumo de energia e monitorização permanente, nomeadamente com recurso a telegestão.

*Almada+* no Eixo da Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público.

Neste domínio, tão sensível e importante para a qualidade de vida quotidiana dos cidadãos de Almada, destacam-se algumas das ações desenvolvidas de entre muitíssimas outras que o presente relatório detalhadamente nos dá conta:

- Deu-se início ao processo de elaboração do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade no Concelho, e foi elaborado o Plano Municipal de Sinalética;
- Foi concluída a instalação de 28 de pontos de carregamento na via pública e nos parques de estacionamento municipais cobertos, no âmbito da participação do Município no Plano Nacional de Mobilidade Elétrica;
- Foi assegurado o funcionamento regular e com êxito do “FLEXIBUS”, sistema de mobilidade inclusiva nas áreas históricas de Almada e Cacilhas, com dois miniautocarros elétricos e uma utilização muito relevante;
- Foi desenvolvido o projeto “Almada Ciclável” e Rede Ciclável de Almada no seu âmbito, destacando-se a conclusão de ciclovia na Aroeira “Av. Egas Moniz”, a integração desta Rede nos instrumentos de gestão do território municipal, e o desenvolvimento e execução de um plano de parqueamentos para bicicletas nas freguesias;
- Foi assegurado o acompanhamento sistemático do processo de construção do IC 32 e sua ligação à Trafaria;
- Prosseguiu a implementação da Estratégia de Infraestruturação da Aroeira Exterior com a Av. Egas Moniz construída, e projetos para a Av. D. Afonso Henriques e Av. Sacadura Cabral;
- Verificou-se uma participação ativa em projetos de promoção da mobilidade sustentável, assumindo relevo particular a execução do Projeto Europeu PIMMS – Transferência de Iniciativas em Parceria para o Desenvolvimento de Serviços de Gestão da Mobilidade.

A manutenção e gestão da rede viária municipal, da sinalização, da iluminação pública e do estacionamento apresentam igualmente resultados assinaláveis:

- Foi concluída a construção da rotunda no Entroncamento da Av. Rainha D<sup>a</sup> Leonor/Rua Manuel Febrero/Rua D. Sancho I em Almada e foram também desenvolvidos estudos de reorganização do tráfego em diversos locais e freguesias do Concelho;
- Foram concretizadas dezenas de intervenções no quadro do programa plurianual de qualificação de pavimentos, abrangendo a repavimentação de 20 Ruas e Avenidas, regularização de pavimentos em 50 km de vias municipais, e mais de 1000 intervenções de tapa-buracos e conservação de calçadas, numa área total de 4.200 m<sup>2</sup> de intervenção;





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Foi reforçada a iluminação pública em 34 artérias de diversas Freguesias do Concelho, realizadas 2.000 intervenções de manutenção e conservação de sinalização vertical, impedimentos físicos e semáforos, e foram concretizadas 23 intervenções de sinalização horizontal;

- Entraram em exploração três novos Parques de Estacionamento, Rua Capitão Leitão, Rua Luísa Sigeia e São Paulo, foi melhorada a sinalização direcional e de identificação de todos os parques de estacionamento, foi elaborado Projeto de Regulamento Específico de Estacionamento para a Costa da Caparica e assegurada a revisão do Regulamento Geral de Estacionamento de Almada;

- A gestão da rede de Parques de Estacionamento foi assegurada com toda a regularidade.

Avançaram as obras de requalificação e pedonalização da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, cuja conclusão foi prejudicada pela situação de crise que afetou a empresa, situação entretanto ultrapassada com a contratação de novo empreiteiro.

A Arte Pública foi objeto de algumas intervenções de restauro em cumprimento do respetivo Plano e avançou o Monumento à Multiculturalidade para o Centro Cívico da Caparica, com o apoio da Faculdade de Belas Artes.

A Imagem Urbana beneficiou ainda da pronta intervenção dos serviços com cerca de uma centena de ações de conservação (pinturas, reparações, substituição de lâmpadas), e remoção de *tags* em mobiliário diverso, a par da conservação de floreiras e de 21 Fontes e Planos de Água.

*Almada+* no Eixo da Educação, Formação, Conhecimento e Juventude.

Este eixo estratégico que assume especial expressão no desenvolvimento do Concelho, apresenta resultados igualmente assinaláveis em 2011.

Entraram em funcionamento quatro novos equipamentos públicos municipais de ensino pré-escolar instalados em Escolas Básicas do 1º Ciclo, acrescentando 13 novas salas dedicadas a este grau de ensino, e aumentando a capacidade de oferta municipal neste domínio em mais de 300 vagas.

Foram iniciadas as obras de construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica (Quinta de Santa Teresa) com 15 salas de aula, que passará a ser o maior equipamento com estas características no nosso Concelho.

O programa de manutenção e adequado apetrechamento do parque escolar foi integralmente cumprido. Neste domínio merecem particular destaque as intervenções de pinturas interiores e exteriores, beneficiação de logradouros e remodelação de instalações sanitárias em mais de uma dezena de escolas, além das 516 pequenas intervenções de conservação permanente, a que acresce a inspeção de 76 equipamentos desportivos, o fornecimento de mobiliário, equipamento informático, quadros interativos e palamenta diversa para os refeitórios escolares.

Foram também elaborados 16 Planos de Emergência Internos, assegurada formação a 146 docentes e não docentes, bem como a manutenção e revisão de 522 extintores, carretéis e marcos de incêndio instalados nas escolas.

Ao nível social, foi assegurado o fornecimento de refeições a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico público, abrangendo mais de 8.500 crianças, tendo sido servidas perto de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

1,1 milhões de refeições que representaram 1,9 milhões de euros, sendo quase duas mil e trezentas destas crianças apoiadas a 100% por razões de carência e insuficiência económica das respetivas famílias.

Foi implementada a 1ª fase do Projeto “Almada Cresce Contigo” de Gestão Electrónica de Refeições e Apoio à Família na Rede Pública do 1º Ciclo e Jardins de Infância.

Em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, prosseguiu o programa de apoio social escolar, traduzido na atribuição dos livros escolares e de material didático necessário ao processo de formação a cerca de 3.000 alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico.

Foram integralmente mantidas as atividades ao nível da componente de prolongamento de horário no ensino pré-escolar beneficiando perto de mil famílias com alunos matriculados em 52 salas nas escolas públicas do Concelho, e prosseguiram as atividades de enriquecimento curricular em todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico, abrangendo cerca de 7 mil crianças e envolvendo 27 entidades (escolas e associações de pais), além da autarquia.

Duas novas Bibliotecas Escolares avançaram em 2011, alargando para 26 o número de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do Concelho com este recurso, e foi integralmente cumprido o Plano de Transportes Escolares, quer no respeito pelas determinações legais aplicáveis, quer complementarmente no apoio a alunos com mobilidade reduzida, através do Serviço Almada Solidária em parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Foram realizados múltiplos projetos envolvendo muitos milhares de alunos, professores, educadores, do Pré-Escolar ao Ensino Superior, destacando-se pela sua importância e significado: as ações no âmbito do “Plano de Ação Cultural”, o “Concurso Jovens Talentos”, a “Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional”, a “Festa Verde”, o “XVIII Festival Interescolas de Teatro Movimento e Expressão Dramática”, o “Encontro Nacional de Teatro na Escola”, o “Festival de Teatro Alemão em Cena”, o “Concurso Inovar para Potenciar” e as “Férias Jovens”, para além das tradicionais celebrações do “Carnaval das Escolas” e das “Marchas Infantis” por ocasião das Festas da Cidade.

Foram apoiados projetos de formação e atividades educativas desenvolvidos por Escolas Secundárias, Associações de Estudantes, Centros de Formação, Universidade Sénior, Faculdade de Ciências e Tecnologia e Escola Naval, Associação de Professores, Associações Artísticas e Associações de Pais.

A Câmara Municipal no âmbito da Direção Municipal de Desenvolvimento Social, assegurou a participação ativa e empenhada em todos os Conselhos Gerais de Escolas e de Agrupamentos de Escolas do Concelho. Almada Cidade Educadora assegurou a participação na “Rede Cidades Educadoras” quer a nível nacional quer internacional, incluindo a apresentação de comunicações temáticas sobre experiências de Almada, concretizou de novo a Receção à Comunidade Educativa com um amplo programa e uma participação muitíssimo alargada, e também a Homenagem ao Professor Aposentado com a adesão de largas centenas de docentes.

A promoção de múltiplos projetos no domínio da Formação e do Conhecimento dirigidos em particular à Juventude, apresenta-se com resultados muito significativos em 2011.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Foi garantido o cumprimento integral do amplo e ambicioso programa de atividades definido nas Opções do Plano 2011 para as Casas Municipais da Juventude, traduzido na concretização de múltiplas e diversificadas ações, e no apoio à atividade proposta por um leque muito alargado de organizações, associações, grupos informais e jovens a título individual.

Da intensa atividade realizada de que o relatório dá conta, destaca-se a “Quinzena da Juventude” com 36 atividades e 15 parceiros, a “11ª Festa Amarela” com 26 parceiros, a “1ª Edição da Feira das Associações Jovens de Almada” com 10 parceiros, a 2ª Edição do Concurso de *Graffiti* de Almada sob o lema “Arte com Responsabilidade” em 15 espaços públicos, e a 7ª Edição do “Concurso de Música Moderna” com 10 projetos musicais.

Igual destaque merece a realização de três Cursos de Especialização Tecnológica de Técnico de Receção e Alojamento Hoteleiro na Casa Amarela, a par do Plano Integrado de Formação nas Casas da Juventude, das 111 propostas de iniciativas oriundas dos jovens e das 47 atividades nas diversas áreas de acesso livre e gratuito.

Em 2011 as Casas acolheram 245 atividades, cerca de 4.000 jovens, 3.800 horas de ocupação, e deram apoio a 44 organizações, assumindo especial relevância na formação cívica e cultural das jovens gerações.

*Almada+* no Eixo da Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança.

Neste domínio, as atividades programadas foram igualmente asseguradas, tendo-se verificado uma vez mais o funcionamento pleno dos diferentes equipamentos que integram a rede municipal de equipamentos culturais e desportivos.

Para além do funcionamento de toda a rede de equipamentos municipais já existente, importa registar que no ano de 2011 foi dado um passo muito importante no sentido do seu alargamento com o início dos processos de edificação da Biblioteca Municipal e das Piscinas Municipais no Centro Cívico do Monte de Caparica, do Museu da Música Filarmónica, do Centro de Interpretação de Almada Velha, do Museu Naval, da Galeria Municipal de Arte da Costa da Caparica, do Quarteirão das Artes, do Teatrinho e da Universidade Sénior.

Das atividades registadas em 2011 salientam-se as seguintes pela sua dimensão, significado e importância:

- Realizaram-se perto de 60 exposições nos diferentes equipamentos municipais, uma grande quantidade delas acompanhadas de ações culturais complementares – Casa da Cerca, Galeria Municipal de Arte, Oficina de Cultura, Museu da Cidade, Convento dos Capuchos, Solar dos Zagallos, Casa Pargana, Museu de Sítio, envolvendo mais de uma centena de artistas, mais de duas centenas de sessões pelos serviços educativos, e cerca de cinquenta mil visitantes;
- Realizaram-se mais de 55 mil operações de empréstimo domiciliário de documentos nas Bibliotecas Municipais do Fórum Municipal Romeu Correia, José Saramago e Polo da Cova da Piedade, numa rede de equipamentos culturais que conheceu mais de 1.500 novos leitores quase atingindo a meta dos 20 mil leitores inscritos;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Realizaram-se os três prémios literários municipais “Cidade de Almada”, “Poesia e Ficção” e “Maria Rosa Colaço” que registaram um total de 339 obras originais a concurso, o Prémio Internacional de Jornalismo “Carlos Porto”, e ainda 15 apresentações e lançamentos de obras literárias da mais diversa natureza e origem;

- Registaram-se mais de 6.500 utilizadores e mais de quatro mil e quinhentas operações de consulta no Arquivo Histórico Municipal, e concretizaram-se várias iniciativas editoriais “Anais de Almada: revista cultural”, “Implantação da República em Almada”, “O Reguengo da Caparica”, entre outras;

- O Centro de Documentação e Informação Rogério Ribeiro viu reforçado o seu Fundo Documental em 503 novas obras, atingindo no final de 2011 uma existência total de 12.708 exemplares;

- A preservação da Memória e do Património, designadamente ao nível do Arquivo de Imagem, do Arquivo Oral e do trabalho em Arqueologia, conheceu novos impulsos. A atividade musical e a indústria naval deram lugar a 18 registos audiovisuais. Prosseguiram as intervenções arqueológicas e os trabalhos de inventariação e restauro pontual, e desenvolveram-se os projetos museográficos para o Museu da Música

Filarmónica e Centro de Interpretação de Almada Velha; Centenas de artistas e largas dezenas de milhares de espetadores participaram nas iniciativas integradas no vasto programa cultural de ar livre promovido ao longo do ano de 2011, destacando-se realizações como:

o A 3ª Edição do Festival Cantar Abril com 79 temas de todo o País;

o A 28ª Edição do Festival Internacional de Teatro de Almada em 12 salas;

o A 16ª Edição da Mostra Internacional de Teatro para o Pequeno Público – Festival Sementes com oito países representados;

o A 15ª Mostra de Teatro de Almada com 19 espetáculos;

o O 19º Festival Tágides;

o A 19ª Quinzena da Dança em nove salas;

o O Concurso Arte e Criatividade (cidadãos portadores de deficiência);

o O Carnaval com 650 participantes;

o O 37º Aniversário do 25 de Abril de 1974;

o O Festival Cantar Liberdade;

o As Festas da Cidade incluindo as Marchas Populares (10 Marchas) e o Concurso de Quadras Populares (350 concorrentes);

o Os espetáculos no âmbito das iniciativas de animação urbana do núcleo histórico de Almada – 2ª Edição dos Sons de Almada Velha e Almada Velha em Festa;

o O Programa Natal aos Reis em Coro e Janeiras com 27 grupos, 15 concertos, 51 animações e 900 intérpretes;

o O espetáculo de Fim do Ano, as Iluminações de Natal, e o Concerto de Ano Novo;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Cinema, a Música, a Dança, o Teatro, ocuparam as salas de espetáculos municipais (Teatro Municipal e Auditório Lopes-Graça) com uma programação de excelência, centenas de sessões e largas dezenas de milhares de espetadores;
- A prática do desporto, de competição ou simples recreação, prosseguiu num ritmo bastante elevado. A Rede Municipal de Equipamentos Desportivos (Pavilhões, Ginásios, Piscinas, Pista de Atletismo) assegurou uma vez mais uma oferta diversificada de atividades regulares – mais de dezena e meia a que acresce mais uma dezena do Programa de Desenvolvimento Desportivo, envolvendo no seu conjunto mais de 14 mil participantes;
- O Programa “Almada Mexe Comigo”; o “Plano de Desenvolvimento do Xadrez”; as diversas atividades desenvolvidas com Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; o “Programa Escolinhas do Desporto”; o “Programa Municipal Gira a Bola” envolvendo a prática de cinco modalidades; as ações de formação para agentes desportivos; a participação nos “Jogos do Futuro Região de Setúbal”; o “Programa Alma Sénior”; e o “Programa *Special Ludus*” (para cidadãos portadores de deficiência e doença mental) foram realidades na área da prática desportiva no Concelho que se destacaram em 2011 pelo envolvimento de dezenas de coletividades, escolas, associações, Juntas de Freguesia, na organização e promoção, e de largas dezenas de milhares de participantes.

No âmbito da Solidariedade Social destaca-se o trabalho desenvolvido ao nível da Rede Social do Concelho na implementação do Plano de Desenvolvimento Social, nomeadamente os projetos estruturantes “Imigrantes Culturas Vivas” e “Escolas para a Vida”; o “Contrato Local de Desenvolvimento Social” (Laranjeiro/Feijó); a atividade desenvolvida pelo Grupo Concelhio de Idosos com os projetos “Oficina Domiciliária”, “Uma Palavra Um Alento”, “Jardins (com) Vida”, “Mês do Idoso”, e o Plano Gerontológico Local já concluído.

Igualmente se destaca a atividade dos Grupos Concelhios da Deficiência e Toxicodependência, o funcionamento regular da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do Núcleo Local de Inserção no âmbito do Rendimento de Inserção Social com 461 Planos de Inserção assinados, e do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo com o Projeto “Casa Primeiro”.

O Serviço de Mobilidade Inclusiva “Almada Solidária” que transportou mais de 18 mil passageiros, o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades do Concelho, o Protocolo de Colaboração com a Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta para equipamento de cuidados continuados, o “Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças”, a “Prevenção Primária das Toxicodependências”, os Encontros e *Workshops* temáticos de reflexão/formação, constituíram também na sua diversidade importantes áreas de trabalho e intervenção social articulada no Concelho em 2011.

No âmbito do Programa PARES com o apoio complementar do Município ficaram concluídos e entraram em funcionamento a Creche/Jardim de Infância de Vila Nova e do Monte de Caparica, e a Residência da CERCISA para Pessoas Portadoras de Deficiência. Entrou em funcionamento o Centro de Reabilitação Cardíaca.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Foram apoiadas 152 Entidades/Associações Locais e Movimento Associativo do Concelho, para desenvolvimento de projetos, construções, aquisição de equipamentos e viaturas, no montante de três milhões de euros, manteve-se a isenção de taxas municipais em processos de construção representando um forte apoio financeiro do Município complementar aos subsídios, e verificaram-se 1.021 cedências em apoios logísticos.

Celebrando o Natal, o Município voltou a proporcionar a Festa de Natal a mais de 10 mil crianças, professores e educadores das 45 Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública do Concelho.

Ao nível da Habitação Social, voltou a registar-se o acompanhamento permanente e de proximidade aos inquilinos dos Bairros Camarários, bem como um volume de investimento e intervenção muito significativo, quer ao nível das pequenas obras de manutenção, quer das grandes empreitadas de conservação.

Em 2011 os Serviços Municipais de Habitação asseguraram a realização de 815 visitas domiciliárias, realizaram 522 atendimentos presenciais de inquilinos municipais e 55 reuniões com representantes de prédio e prédios.

No âmbito das “Opções Participativas/Obras nas Partes Comuns dos Prédios”, realizaram-se 12 reuniões, com êxito, abrangendo 50 prédios, para definição de prioridades de intervenção.

Foram concretizadas 243 intervenções de manutenção e conservação por administração direta, e também várias empreitadas no âmbito do Programa Anual de Conservação do Parque Habitacional do Município, destacando-se trabalhos diversos em habitações, pinturas de edifícios, reforço estrutural de edifícios, substituição ou reparação de coberturas, portas de entrada de prédios, envolvendo um montante de compromissos superior a 700 mil euros no final do ano.

No que se refere à Segurança, para além da Proteção Civil, da Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios, do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos e Observatório de Segurança que funcionaram com regularidade, destaca-se o apoio municipal às três corporações humanitárias de bombeiros voluntários do Concelho, no que se refere ao funcionamento do Piquete Permanente de Intervenção, e pagamento dos seguros do pessoal e das viaturas, bem como os resultados de excelência do Projeto “Floresta Segura, Floresta Verde”, de prevenção contra incêndios, assumido em parceria pela autarquia, bombeiros, forças de segurança, conservação da natureza e associações amigas da floresta.

Foram concluídos e aprovados os Planos de Emergência Externos (Diretiva Seveso II), foi concluído o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, iniciada a revisão do Plano Municipal de Emergência e aprovados seis Planos de Emergência Interna de Escolas.

*Almada+* no Eixo da Informação, Participação e *Governança*.

Em 2011 foram aprofundados os processos de informação/comunicação, visando promover uma participação cidadã cada vez mais ativa, e foram dados novos passos para uma “boa governança”, tendo-se reforçado e disponibilizado para o efeito significativos meios e recursos municipais.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A informação continuou a ser aprofundada através do sistema de comunicação (interna e externa) tendo como objetivo reforçar o clima de confiança entre todos.

No domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação, pela sua relevância, evidencia-se o seguinte:

- Foi assegurada de forma exemplar a gestão, manutenção e desenvolvimento do sítio da Câmara Municipal na Internet, bem como da Assembleia Municipal, os seis sítios especializados “Almada Cidade Educadora”, “Juventude”, “Museus”, “Bibliotecas”, “Casa da Cerca”, “Ambiente e Sustentabilidade”, o “Portal – Almada Cidade Digital” do qual merece especial destaque o “Roteiro Comercial”, o “Diretório Comercial” e “Turismo”, e ainda sete sítios sobre temas específicos no quadro de “Projetos Europeus” e “Alterações Climáticas”, cuja atualização e manutenção foi assegurada em permanência.
- Foram assegurados e desenvolvidos os serviços *online* com novas funcionalidades, incluindo as “Opções Participativas”, tendo-se implementado a figura de “gestor de formulários”.
- Concretizou-se com êxito a integração do “Portal Almada Cidade Digital” e de todos os sítios do Município na Plataforma Tecnológica Comum instalada no *Data Centre* da Câmara Municipal.
- O “Plano Tecnológico de Educação” avançou para a instalação de 49 quadros interativos e vídeo projetores, aquisição de infraestruturas e equipamentos de rede para 36 escolas e 200 salas de aula.
- Os Projetos “Miradouros Virtuais”, “Sinalética Interativa para Percursos Turísticos”, “Montras Interativas” e “Almada Centro – Diretório Comercial” tiveram um considerável desenvolvimento, quer ao nível das especificações técnicas, quer dos processos de aquisição e aprofundamento temático.
- Os sete sítios municipais na Internet, um genérico e seis especializados, registaram em 2011 um crescimento muito significativo ao nível dos visitantes e consultas registadas, alcançando os 367 mil e 28,8 milhões de páginas respetivamente.

A presença nas Redes Sociais com mais de 2.200 documentos disponibilizados (*Twitter, Facebook, Flickr, Youtube e Bleep*) revelou-se igualmente de muito interesse para cerca de sete mil seguidores.

Os “Espaços de Democratização, Acesso e Competências” registaram cerca de 14 mil utilizadores e a *Newsletter* da Juventude alcançou 26 mil jovens registados.

- Foi assegurada uma permanente e qualificada assistência às vinte aplicações informáticas em uso no quotidiano da autarquia e foi garantida a implementação do sistema de Gestão de Ação Social Escolar.

A par do aprofundamento da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, teve lugar a produção de documentos de informação impressos e audiovisuais, destacando-se:

- A publicação regular do Boletim Informativo com 11 edições, tal como a Agenda Almada Informa, a Revista P’Almada (jovens), o Boletim RH e o Jornal Escola em Festa, entre muitos outros documentos informativos cobrindo todas as iniciativas realizadas pela autarquia.
- A produção de cerca de quinhentos trabalhos, de materiais informativos e promocionais, incluindo em suporte digital *web*, e para a rede de *mupis* e *outdoors* num total de sessenta campanhas informativas e promocionais.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A realização de quinze filmes temáticos e trinta vídeos colocados no sítio da Câmara Municipal na Internet.

- Os comunicados de imprensa, a disponibilização de materiais e informação à comunicação social, o registo de cerca de dez mil referências a Almada nos órgãos de comunicação social, falada e escrita, regional e nacional.

A participação dos cidadãos foi profundamente incentivada no sentido de uma crescente intervenção e do contributo de todos na construção da democracia participativa, independentemente da condição social, religiosa ou étnica, quer diretamente quer através das suas associações, instituições e entidades locais.

Realizaram-se onze Fóruns de Participação, percorrendo todas as Freguesias, no âmbito das “Opções Participativas”, recolhendo centenas de contributos incluindo pela Internet.

As reuniões da Câmara Municipal, em horário pós-laboral, com vinte e duas reuniões realizadas constituíram igualmente espaço privilegiado de participação cidadã para apresentação de problemas, ideias e contributos para melhorar o presente e futuro do nosso Concelho.

A construção de soluções e escolha de caminhos a seguir para o nosso futuro coletivo, passou também pela realização de Fóruns de Participação temáticos, abrangendo as crianças, os jovens e os adultos – cidadãos e instituições em geral, destacando-se:

- O Fórum 21 da Criança/Parlamento dos Pequenos Deputados, “Se queres ajudar a mudar o mundo, começa por Almada” – Agenda 21 da Criança.

- O Fórum Municipal da Juventude com os projetos “Quinzena da Juventude”, “Festa Amarela” e “Feira das Associações Jovens de Almada”.

- A Plataforma de Atores para o Desenvolvimento do Turismo com mais de sessenta participantes, e a elaboração partilhada do Plano Plurianual de Ação 2012/2013, através do trabalho dos Grupos Sectoriais constituídos, dedicados aos produtos: Sol e Mar, Restauração e Gastronomia, Turismo Religioso, Golfe, Turismo de Negócios, Sectores de Alojamento e Animação Turística.

- Os Fóruns Locais de Energia/2011, em parceria com a Agência Municipal de Energia.

- Os Fóruns sobre Áreas de Reabilitação Urbana – ARU de Almada, Trafaria e Cacilhas, e sobre os Planos de Pormenor do Ginjal e Cacilhas, o Plano de Urbanização de Almada Poente e o Plano Diretor Municipal.

- O funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Local de Ação Social, envolvendo centenas de instituições e entidades do nosso Concelho, num trabalho de intervenção articulado e integrado.

Também o Movimento Associativo Almadense, um parceiro essencial e insubstituível para a igualdade e inclusão de todos os Almadenses na vida local, contribuiu de forma notável para a participação cidadã de muitos milhares de munícipes, de todas as idades, em múltiplas áreas de intervenção e diversificados projetos concretizados durante todo o ano de 2011.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Pese embora os efeitos da crise nas finanças locais, bem evidenciados na abordagem ao Orçamento, o Movimento Associativo voltou a contar com o apoio sempre expressivo da sua autarquia, ultrapassando um milhão de euros em 2011.

O presente Relatório e Conta nas suas mais de duas centenas de páginas, evidencia de forma rigorosa que os recursos públicos do nosso Concelho foram geridos com transparência e responsabilidade, rigor e eficiência, cumprindo todos os princípios que devem orientar o que entendemos por “boa governança”.

*Almada+* no Eixo da Modernização e Valorização do Serviço Público.

O desenvolvimento e aprofundamento do processo de modernização dos serviços do Município e da valorização do Serviço Público, tendo em vista o reforço da eficiência e da qualidade dos serviços, uma cada vez maior satisfação das populações e agentes socioeconómicos, e a afirmação do Poder Local no contexto local, regional e global, apresenta resultados assinaláveis em 2011.

No exercício em apreço verificou-se um novo impulso na qualificação dos recursos humanos, no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, na modernização administrativa, na Prevenção de Riscos de Gestão, na introdução de medidas de eficiência energética, energia renovável e ecocompras, bem como na participação do Município no contexto nacional e global desenvolvendo a cooperação e a capacitação técnica, assim afirmando o serviço público e promovendo o Poder Local Democrático.

Em 2011 foram desenvolvidos processos de aquisição de novas máquinas e viaturas, executadas cerca de setecentas intervenções de conservação e manutenção em instalações municipais para além de projetos para novos edifícios e edifícios a reabilitar, e processos de auditoria e certificação energética nos edifícios municipais.

Entrou em funcionamento o Crematório de Vale Flores e foi desenvolvido o projeto piloto de Telegestão na Iluminação Pública com uma nova fase candidatada e aprovada no âmbito do programa “EcoEnLight” (FEDER), e foi executado o Plano Municipal de Energia 2011.

Foi assegurada a política de Eco-Compras e avaliação do desempenho recorrendo a indicadores ambientais, foi reforçada a realização de contratos globais para maior eficiência e redução de custos, a par de processos de compras agregadas de combustíveis e de lubrificantes, concurso de fornecimento de energia elétrica para equipamentos e serviços visando maior eficiência energética e ambiental, e também a monitorização de consumos e alteração de potências e ciclos em 60 contratos de fornecimento de energia elétrica.

Prosseguiu a execução do Projeto “Almada Carbono Menos” com introdução de medidas de eficiência energética e energia renovável em edifícios e equipamentos municipais.

Prosseguiu, ampliando-se a novos processos e serviços, a desmaterialização de circuitos e processos com recurso às Tecnologias da Informação e Comunicação, e o pagamento via “multibanco”. Foram introduzidas novas funcionalidades nos serviços *online* e no atendimento na Loja do Município, foi desenvolvido o processo “Licenciamento na Hora” com base no conceito “emissão na hora” abrangendo oito áreas de licenciamento, e avançou o processo de acreditação do “Laboratório de Ruído”.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em 2011 realizaram-se 51 mil atendimentos presenciais, dos quais 25 mil no Urbanismo e 28 mil na Loja do Múncipe. Os atendimentos via telefone alcançaram os 110 mil, sendo 32 mil pelo *Contact Centre*.

Avançou a implementação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais aprovado em 2010, prosseguiu a execução dos projetos “Reengenharia de Processos”, “Atendimento Municipal Multicanal”, “Autenticação Electrónica em Almada”, “CRM Comunicação” (gestão de relações com o cliente) e avançou a primeira fase do projeto “Almada Creche Contigo” de Gestão Eletrónica do Fornecimento de Refeições e Apoio à Família na rede pública do 1º ciclo e jardins de infância.

No que se refere aos Recursos Humanos registavam-se, no final de 2011, 1.528 trabalhadores, dos quais 1.462 com Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado e Comissão de Serviço, e 66 em Contrato a Termo Resolutivo. Realizaram-se 41 procedimentos concursais para 139 postos de trabalho, com 73 métodos de seleção envolvendo 2.732 provas de avaliação.

Foi assegurada por completo a implementação do SIADAP 1/2/3 (Diretrizes, Quadro de Avaliação e Responsabilização, Objetivos, Avaliações do Desempenho), foi garantido o funcionamento regular do novo “Sistema de Gestão da Assiduidade” em todos os serviços municipais, foi executado o Programa de Formação com 60 ações e cerca de seis mil horas de formação, e assegurado o Programa de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual dos Trabalhadores.

Em 2011 prosseguiram todos os programas de apoio social e de incentivo aos trabalhadores, destacando-se:

- O Programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para o 4º, 6º, 9º e 12º ano de escolaridade envolvendo quarenta e quatro trabalhadores.
- A “Preparação para a Aposentação” e o acompanhamento a trabalhadores com situações problemáticas.
- O funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio para os filhos dos trabalhadores, com o cumprimento integral do projeto educativo, projetos de natureza socioeducativa, envolvimento das famílias e elaboração do Plano de Emergência Interno.
- A Festa de Natal para cerca de mil crianças e outras tantas lembranças natalícias, e também o programa de férias para os filhos dos trabalhadores.
- As comemorações do Dia da Cidade e Dia Internacional da Mulher, com a realização do almoço e entrega de lembranças.
- O funcionamento dos refeitórios e bares com 56 mil refeições servidas aos trabalhadores.

Na Saúde, Segurança e Bem Estar no Trabalho prosseguiram os programas de formação da saúde e prevenção da doença, destacando-se a vacinação contra a Hepatite B, a vacinação antigripal, o diagnóstico precoce do cancro do cólon e do reto, a Formação de Primeiros Socorros e Trabalho em Altura.

Os Serviços Clínicos realizaram 11 mil atos médicos e de enfermagem, e a Medicina do Trabalho 1.613 atos médicos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em 2011 foi assegurado o funcionamento da Comissão de Saúde, Segurança e Bem Estar no Trabalho da CMA/SMAS e desenvolvido o Plano de Promoção da Saúde 2011/2013.

Assinalando os 20 anos da Saúde Ocupacional em Almada, realizou-se Exposição evocativa e foi celebrado um Protocolo de Cooperação com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, incluindo a institucionalização do Prémio Professor Mário Faria, dirigido a experiências inovadoras de Saúde Ocupacional em Portugal.

Foi assegurada a participação do Município em redes e fóruns de cidades e outras organizações nacionais e internacionais, nomeadamente na “Rede Nacional das Cidades Educadoras” e na respetiva rede internacional, na “Rede Ibero Americana de Cidades para a Cultura” (Interlocal), na “Energie Cités”, no ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade, no “Pacto dos Autarcas”, “Carta de Aalborg +10”, “Cidades para a Proteção do Clima”, “Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves”, “Agricultura Biológica – AGROBIO”, e na UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

Em 2011 o nosso Município subscreveu a Rede Mundial de Cidades Eco Mobility Alliance (Aliança para a Eco Mobilidade) para uma mobilidade mais sustentável e inclusiva.

Os Objetivos Orçamentais e os Resultados alcançados

Na proposta elaborada e aprovada para o ano de 2011 era referido que *“no contexto de dificuldades e constrangimentos a que a situação nacional nos conduziu a todos, a proposta para o ano de 2011 do nosso Município, é ainda possível graças ao rigoroso modelo de gestão que vem sendo prosseguido no Concelho de Almada desde o 25 de Abril de 1974, sempre reforçado em situações de crise, com vista a acautelar o presente e prevenir o futuro das novas gerações”*.

E acrescentava-se *“nesta proposta encontram-se definidas as opções e perspetivas de trabalho para 2011, que se assumem com plena consciência das dificuldades a enfrentar, mas também com a certeza de que os objetivos são exigentes mas podem ser alcançados, contando com a capacidade de trabalho e responsabilidade instalada ao nível dos serviços municipais, com provas dadas de elevada competência e dedicação nas circunstâncias mais adversas que temos atravessado”*.

Duas grandes linhas de orientação foram então definidas face à conjuntura económica altamente restritiva, com perspetivas de profundo agravamento:

- Por um lado prosseguir o esforço de investimento municipal capaz de dotar o Concelho das necessárias infraestruturas e equipamentos e dinamizar a economia;
- Por outro lado, reforçar as medidas de contenção/diminuição de gastos correntes, essencialmente ao nível dos encargos fixos municipais, incluindo medidas de eficiência energética e ambiental.

Perante a quebra bastante acentuada que se vinha verificando nas receitas desde 2008, com tendência para se acentuar, face aos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento de Estado e à redução das receitas próprias do Município decorrentes das atividades económicas gravemente afetadas pela crise presente, foi assumido no Orçamento do Município para 2011 um decréscimo de 4,6 milhões de euros em receitas correntes e 4 milhões de euros nas correspondentes despesas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Aquelas opções tiveram como principais objetivos assegurar toda a atividade do Município nos diferentes domínios da sua intervenção, e prosseguir um investimento público local continuado na melhoria das condições de acesso aos bens e serviços por parte dos Almadenses, procurando assim combater a situação de crescente depressão, e enfrentar uma crise tendencialmente aguda, geradora de mais desemprego, para a qual não contribuimos mas que nos atinge sem dó nem piedade.

Os resultados alcançados pelo nosso Município e agora em apreciação, confirmam a justeza das considerações e opções então avançadas.

Veja-se que em 2011 se acentuou a situação de descontrolo do nosso País, com gravíssimas consequências na vida das empresas e das famílias, afetando o presente e o futuro das suas gentes com o chamado “Programa de Assistência Económica e Financeira” a Portugal, cujas medidas têm vindo a promover o aprofundamento da recessão económica e social, a taxa de desemprego em 2011 a situar-se nos 14% contra os 10,9% de 2010, e a taxa de inflação a passar de 1,4% em 2010 para 3,7% em 2011, dois indicadores relevantes.

Em Almada, valeu-nos mais uma vez a cultura de rigor e exigência consolidada ano após ano na gestão da nossa autarquia, uma cultura de gestão descentralizada, responsável e responsabilizadora, envolvendo a Administração, Dirigentes e Trabalhadores em geral.

As medidas tomadas na elaboração da proposta de Orçamento para 2011, acompanhadas das subseqüentes medidas de gestão na sua execução, permitiram alcançar os objetivos traçados, os quais, embora exigentes como então se afirmava, vieram confirmar a capacidade de trabalho e responsabilidade existente na nossa autarquia.

Assim, a realização de 99,1% ao nível da receita, com 82,9 milhões de euros recebidos, decorre de uma proposta de orçamento elaborada com grande exigência e rigor, e também de resultados muito positivos alcançados com uma gestão muito criteriosa dos bens públicos, os quais compensaram o decréscimo de parte da receita proveniente da atividade económica exercida no Concelho.

No que se refere às receitas correntes, verificou-se um decréscimo de 3,5 milhões de euros relativamente a 2010, enquanto nas despesas correntes se verificou um decréscimo de 3 milhões de euros, tendo-se superado o objetivo inicial de libertar receita corrente para investimento, alcançando os 14 milhões de euros em vez de 11,3 milhões de euros inicialmente perspetivados como valor mínimo.

As despesas de funcionamento (correntes) ficaram abaixo do valor mais baixo dos últimos quatro anos, ou seja de 2008, com menos 1,3 milhões de euros, enquanto o decréscimo das receitas correntes no mesmo período se situou em menos 3 milhões de euros.

Esta realidade, resultante de uma gestão amplamente participada e eficazmente controlada, permitiu no atual contexto, manter um significativo investimento público municipal, apoios diretos e indiretos às famílias e microempresas, com pagamentos e prazos garantidos a todos, e a tempo e horas, desde os trabalhadores e instituições, a empreiteiros e fornecedores, proporcionando algum efeito de alavanca na atividade económica local e contribuindo para que o agravamento da situação social do Concelho verificado em 2011 não tivesse sido ainda maior. O exercício de 2011 foi encerrado com 9 milhões de





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

euros de saldo positivo e 28,8 milhões de euros de saldo positivo acumulado, sendo que os compromissos transitados e para anos futuros se situam nos 16,2 milhões de euros.

Com um investimento pago na ordem dos 19 milhões de euros em 21,5 milhões de euros de compromissos, é na aquisição de bens de capital que se situa 75,4% do valor global pago, contra 65,1% em 2010.

Em 2011 as Funções Sociais e Económicas absorveram 73,1% (mais 2% que em 2010) da execução das Grandes Opções do Plano, enquanto as Funções Gerais ficaram nos 26,9% (menos 2% que em 2010), o que significa que uma nova etapa do desenvolvimento sustentável, solidário e eco-eficiente se concretizou em 2011.

O índice de desenvolvimento *per capita* alcançou os 91 euros, situando-se o índice de desenvolvimento do Município nos 22% ao mesmo tempo que a autonomia ronda os 80%

A capacidade de endividamento líquido do Município em 31 de Dezembro de 2011 situava-se nos 52 milhões de euros negativos, ou seja está completamente disponível, e a capacidade para recurso ao crédito bancário de médio e longo prazo nos 25 milhões de euros.

Da análise financeira e patrimonial retira-se que o ativo é financiado em 79% por Fundos Próprios, apresentando-se o Município com uma Autonomia Financeira bastante elevada, capaz de assegurar à data do encerramento do exercício de 2011 as suas responsabilidades de médio e longo prazo.

A linha de rumo do nosso Concelho, fruto de um trabalho empenhado e competente, de um investimento continuado e duradouro, de uma rigorosa gestão dos bens públicos, de uma exemplar dedicação de eleitos locais, dirigentes e trabalhadores em geral, encontra-se bem evidenciada no presente documento que, de forma inequívoca, reflete uma indubitável determinação e coragem para enfrentar todos os escolhos e prosseguir honrando quotidianamente as causas e valores de Abril.

Ao invés de medidas de austeridade de ataque cerrado à função pública e de asfixia à ação dos Municípios, o que o País precisa é de uma administração pública respeitada e incentivada, de um Poder Local forte na sua autonomia administrativa e financeira, onde a sua capacidade de realização e de motivação das pessoas, a sua proximidade às populações, o seu conhecimento da realidade física, social e económica, sejam considerados fatores de desenvolvimento essenciais capazes de romper com o caminho do abismo e o estado de depressão coletiva, e contribuir para um novo rumo de criação de riqueza e emprego que o País reclama e os Portugueses exigem e merecem.

Por último, e de novo, o louvor público e a gratidão aos trabalhadores do Município que, num contexto de dificuldades e injustiças extremas de que têm sido alvo enquanto funcionários públicos, voltaram a afirmar e a dignificar, com resultados de excelência, a nobre missão de Serviço Público.

Às instituições em geral, à população e a todos os atores locais – associativos, públicos e privados – a gratidão e público reconhecimento pela cooperação que depositaram em múltiplos projetos de carácter material e imaterial durante o ano de 2011, e pela participação cívica ativa e empreendedora que assumiram na construção desta nossa Terra, de todos e cada um, Almada.”

#### **6.2.1.2.2 – Dos Serviços Municipalizados de Água e saneamento – SMAS:**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“O ano de 2011 ficará justamente assinalado, pelos eventos que decorreram ao longo dos doze meses, como o ano das comemorações dos 60 anos de intervenção deste serviço público municipal. Percurso efetuado com mérito e com resultados expressivos no abastecimento de água e saneamento, com elevados indicadores na cobertura e na gestão, associados a uma forte componente de eficácia, eficiência, inovação e qualidade refletidos no processo de gestão do ciclo urbano da água.

As comemorações dos 60 anos foram motivo acrescido para um forte envolvimento de todos, trabalhadores dos SMAS de Almada, no ativo e aposentados, das nossas instituições locais (Câmara, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, escolas e coletividades, entre outras) e da população, em muitos momentos de partilha nos eventos culturais, de convívio e de reflexão que decorreram durante o ano, assim se reforçando a cultura e espírito institucional e se generalizou informação sobre os objetivos e desafios da instituição e do sector.

O ano de comemorações fica ainda marcado com o lançamento de projetos que se manterão no futuro e que visam levar mais longe a nossa interligação com a comunidade, na defesa deste bem essencial à vida e direito humano fundamental. A água e o saneamento como direito de todos.

Do muito realizado, destacamos pela sua inovação e continuidade futura:

> O lançamento do projeto ambiental beba água da torneira que visa reforçar a confiança dos nossos utentes na qualidade da água de Almada, dando conhecimento dos procedimentos de gestão da água pública e informação sobre os deveres de todos, por exemplo, na manutenção das redes internas prediais, da responsabilidade dos condomínios e proprietários dos edifícios. Realce igualmente para as poupanças a atingir através de generalização de consumo de água da torneira em vez de água engarrafada, dado o preço substancialmente diferente, mantendo a qualidade e com menor impacto ambiental.

> O projeto ambiental Águas Residuais Urbanas Tratadas - ARUT, lançado no ano a título experimental para iniciar o uso de água tratada nas ETAR para fins compatíveis tais como o funcionamento das ETAR, a rega de espaços ajardinados desde que confinados, a lavagem de ruas e contentores e a lavagem de viaturas. Assim se poupando a água potável para o uso humano e dando maior utilidade à água tratada das ETAR, em vez do seu despejo direto no meio receptor.

> “Os SMAS portas abertas”, projeto aberto à população e instituições, através de organização partilhada com as Juntas de freguesia, levando a população a conhecer os nossos equipamentos e toda a organização e gestão do ciclo urbano da água.

> O concurso de fotografia e vídeo em meio escolar, com forte e qualificada adesão e resultados de grande valia sobre a água e os SMAS de Almada. Trabalhos que colocam o tema no dia-a-dia das escolas, envolvendo os professores e os alunos na concepção e realização dos trabalhos a concurso, mas igualmente as suas famílias na sensibilização ambiental e na partilha dos resultados.

As comemorações colocaram em evidência, uma vez mais, os resultados alcançados pelos SMAS de Almada enquanto entidade gestora do ciclo urbano da água, prestando um serviço de elevada qualidade e de grande proximidade aos utentes. Os resultados de mais um Índice Nacional de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

satisfação do Cliente - ECSI, conhecidos no decurso do ano, confirmam o serviço público municipal como uma solução organizacional e serviço público de excelência. Refira-se ainda que, na generalidade dos indicadores, os resultados dos SMAS de Almada são superiores aos do sector da água e saneamento e colocam-nos como a quarta entre as entidades gestoras estudadas e a segunda entre os Serviços Municipalizados.

Os resultados internos relativos à satisfação dos utentes registam uma diminuição do número de reclamações (-1,9%) apresentando um valor global de 2.528 reclamações relativas à faturação e aspetos diversos da relação comercial, o que atento o número de consumidores se entende de pequena relevância numérica.

Sublinhamos com muito interesse a adesão dos utentes às novas formas de contacto com 2 863 pedidos de informação via email a partir do sítio da Internet dos SMAS, as 28 883 leituras fornecidas pelos utentes e os 441 novos pedidos de pagamento por transferência bancária. Ainda assim, foram atendidos ao balcão 53 406 utentes o que representa menos 3% que o ano anterior, sendo que 57,8% fizeram-no para pagamento direto de faturação.

No plano interno, sublinhamos a generalização conseguida desde o início do ano com o iPortalDoc como ferramenta de gestão da documentação entre serviços, assumindo a desmaterialização de procedimentos e garantindo elevados ganhos de eficiência pela maior celeridade e ganhos ambientais resultantes da menor circulação de papel.

Registamos o pleno e normal funcionamento do Protocolo de Atendimento celebrado com as Juntas de Freguesia o que permitiu dar formação aos trabalhadores das Juntas e manter em funcionamento 13 postos de atendimento (localizados nas 11 juntas, sede dos SMAS e Loja do Município) aos cidadãos, assim se assegurando uma gestão de proximidade, permanente e acessível.

No decurso do ano reafirmámos a defesa da água pública, do serviço público e da necessidade de defesa da autonomia do poder local democrático na definição das grandes decisões relativas à gestão do sistema.

Não obstante, elaborámos e aprovámos o novo regulamento de água e saneamento de águas residuais, assumindo no essencial as recomendações da ERSAR, mas mantendo aspetos que resultam da nossa cultura institucional e da nossa prática de muitos anos. Levámos mais longe o apoio social, assumindo, como sempre, a universalidade do acesso de todos ao bem água e saneamento, garantindo às famílias carenciadas o não pagamento de tarifas fixas e variáveis até ao consumo de 5 m<sup>3</sup> e assegurámos às famílias numerosas um escalão adaptado para assegurar rácios de consumo *per capita* não penalizados pelo simples facto de o agregado familiar ser numeroso.

Igualmente pela percepção das dificuldades que as famílias e as empresas vivem com a atual conjuntura de dificuldade, decidimos não aplicar no imediato o tarifário de saneamento deferindo a sua aplicação em três anos.

Mantivemos uma permanente interação com as entidades do sector de água e saneamento, participando nas comissões especializadas, de que se destacam as participações nas comissões



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

técnicas da ERSAR, da APDA, da AIA e no Observatório da Água, entre outras. Fruto dessa intervenção técnica foi, por exemplo, elaborado e aprovado o Plano de Segurança da Água, para a Zona de Abastecimento 4, em resultado de um projeto-piloto entre a ERSAR e os SMAS de Almada, a generalizar em 2012 a todo o território. Ainda, resultante da partilha técnica foi possível avançar com a formatação do projeto de telemetria para os grandes consumidores e avançar os trabalhos de outros projetos em curso de que se destacam, o projeto Safewater, de pesquisa técnica e científica de investigação de materiais em contacto com a água; o PAST21 e o BioMonit Tejo, estes com aplicação nas ETAR, entre outros.

Participámos em Santarém no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento – ENEG 2011, com um Stand, intervenções técnicas diversas nos trabalhos técnicos e duas equipas operárias no Pipe Contest, onde uma vez mais, fomos distinguidos com o 2º e 4º lugares pelo desempenho das equipas operárias num evento que junta as principais entidades gestoras de água e saneamento nacionais.

Os SMAS de Almada, enquanto entidade gestora do ciclo urbano da água, desenvolveram no decurso do ano uma ampla e diversificada intervenção na gestão do sistema de abastecimento, na drenagem de saneamento, no tratamento de águas residuais e no sistema pluvial. Entendemos que o Plano de Atividades e Orçamento foram expressivamente concretizados e garantido um elevado padrão de resposta às solicitações.

As necessidades de água foram garantidas em permanência a toda a população e atividades, com a disponibilização de 16 929 milhares de m<sup>3</sup> de água captada, o que traduz uma grande estabilidade do consumo ainda que com uma ligeira redução comparativamente com anos anteriores, o que se entende pela retração no consumo das famílias e atividades económicas e certamente por melhor uso deste bem por maior consciência ambiental.

Disponibilizámos água em quantidade e qualidade para as necessidades de todos. Assegurámos uma gestão da redução de tarifas e de planos de pagamento a todos os que demonstraram dificuldades económicas em cumprirem com as suas obrigações contratuais. Garantimos também desta forma o acesso de todos à água.

Gerimos o Programa de Controlo de Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR e elaborámos o do ano seguinte. Promovemos 17 358 análises, com uma conformidade de 99,91%, o que representa uma água de excelência distribuída pelo serviço. Assumimos o princípio da permanência do abastecimento como regra estruturante da ação, não promovendo cortes programados no abastecimento sem prévia comunicação direta aos utentes com 48h de antecedência.

Decorreu a implementação da 3ª fase da telegestão do sistema de água em alta, aí se integrando a monitorização e controlo em permanência dos 33 furos, das adutoras principais e dos reservatórios de água. A integração destes elementos na telegestão garantirá uma permanente avaliação de elementos de gestão de quantidade, qualidade e de eficiência energética que resultarão na qualificação do serviço. Iniciou-se a telegestão das estações elevatórias de saneamento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Renovaram-se 7 955 m de condutas de água com destaque para a obra "Infraestruturas VIII" na Sobreda, construíram-se 2 078 m de rede de drenagem doméstica com destaque para a obra do Parque dos Fróis na Caparica, e construíram-se 1995m de rede pluvial com destaque para a Obra E24 e a obra de regularização da linha de água da Quinta dos Crastos no Pragal.

Intervenção a que acresce uma ampla ação de manutenção, reabilitação e limpeza do sistema de drenagem e equipamentos de rede por todo o Concelho, muita desta intervenção assegurada por administração direta.

Destaque ainda para as obras de renovação e limpeza dos reservatórios de água com todos os reservatórios a serem desinfetados e obras de grande qualificação que decorreram no reservatório elevado do Lazarim, no reservatório elevado do Raposo e no reservatório apoiado do Cassapo.

Avançou o projeto de renovação do posto de comando de Vale de Milhaços, obra a decorrer no ano de 2012 e que qualificará estas instalações municipais.

Igual destaque para a preparação de empreitadas de grande impacto na melhoria do serviço como seja a Rua da Liberdade em Almada, a 2.a fase da rede de água do Feijó, a estação da Tagol-Raposo, do emissário doméstico do Torrão - Trafaria, e os projetos das estações elevatórias do Torrão e da Costa, obras a decorrerem em 2012.

No decurso do ano foi elaborado um número expressivo de projetos de concepção do sistema para futuras intervenções de que se destacam os estudos de rede de Almada, a norte do MST.

O sistema municipal de tratamento de águas residuais garantiu o funcionamento permanente das suas quatro ETAR, com elevados parâmetros quantitativos e qualitativos do sistema de tratamento dos efluentes, com um desempenho global do sistema de tratamento de águas residuais, correspondente a 91% remoção CB05, 86% remoção CQO e 89% remoção SST, o que se regista como relevante.

Os Programas de Monitorização e Medição dos Aspetos Ambientais Significativos decorreu com resultados de 100% na Mutela e 96% na ETAR do Portinho, aí se incluindo a avaliação do ruído e das emissões gasosas, entre outros aspetos.

O processo do concurso da empreitada de remodelação e beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba foi concluído com a adjudicação e início da elaboração dos projetos de execução para posterior obra.

A ETAR do Valdeão sofreu obras de melhorias no sistema, consideradas mais imediatas, e avançou o programa base de renovação e beneficiação do sistema, obra de maior dimensão integrada nas candidaturas a Fundos Comunitários.

No presente ano o sector de água e saneamento esteve sujeito a uma profunda incerteza relativamente ao quadro de intervenção futura. Igual dificuldade foi imposta à gestão por sucessivas disposições legais e permanentes solicitações, por entidades centrais, de informação relativa a componentes financeiras e de recursos humanos.

Regista-se uma acentuada quebra nos rendimentos dos funcionários públicos com consequências visíveis ao nível da dificuldade de suportar o acrescido custo de vida e ainda menor certeza no desenvolvimento da carreira profissional. Não obstante, promovemos uma gestão rigorosa, eficiente e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

transparente dos procedimentos relativos à gestão de trabalhadores o que permitiu manter a equipa motivada e assegurar elevado grau de resposta dos serviços à população.

Implementou-se toda a macroestrutura dos serviços, aprovada no ano anterior, promoveu-se uma média de 27,8 horas de formação trabalhador e desenvolveram-se as habituais iniciativas de carácter social com os trabalhadores, famílias e aposentados.

Foram inauguradas as novas oficinas gerais e o centro de formação assim se garantindo melhores condições de trabalho para o sector operacional e um amplo e moderno centro de formação.

No plano económico-financeiro o ano de 2011 foi de grande normalidade e equilíbrio, não obstante a conjuntura exterior e as dificuldades impostas à gestão, o que se demonstra por uma receita global de 22 974 221,48 e uma despesa global de 24 405 272,69 e uma taxa de execução orçamental de 86,55% na receita e de 74,73% na despesa.

O investimento no ano foi de 4 571 844,87 com destaque para a verba de 1 988 051,64 na renovação de redes.

O exercício fechou com um resultado positivo de 729 710,90, contribuindo para o reforço dos elevados níveis de autonomia, solvabilidade, liquidez e autofinanciamento.

Os SMAS de Almada apresentam uma disponibilidade no final de 2011 de 9 844 709,43, o que permite encarar com normalidade os investimentos previstos, garantindo, em tempo, os seus compromissos e mantendo uma evolução sólida no que respeita à independência financeira, que neste ano atingiu os 81%

O Conselho de Administração dos SMAS de Almada tem a honra de apresentar o relatório de gestão, atividades e contas de 2011, manifestando o seu apreço e agradecimento pelo empenho de todos os trabalhadores e dirigentes, públicos sublinhe-se, e entidades que contribuíram decisivamente para a materialização de tão relevante desempenho.”

**6.2.2** – No debate usaram da palavra os senhores Deputados Municipais António Salgueiro, Carlos Revés, Ana Margarida Lourenço, Fernando Pena, Manuel Braga, Carlos Leal, Luís Varela Pais, Ana Salvado, Francisco Guerreiro e Elisabete Pereira.

**6.2.2.1** – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos aqui para apreciar e votar as propostas referentes aos Relatórios e Conta de Gerência de 2011 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Da análise efetuada aos documentos apresentados constatamos do ponto de vista técnico, contabilístico se verifica uma boa elaborada organização dos mesmos, a que aliás já nos habituaram. Já no que se refere à análise expressa nos referidos documentos não podemos partilhar da opinião que os mesmos transmitem. O PSD, como sabem, aquando da aprovação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2011, apresentou diversas propostas dentro do espírito construtivo que sempre nos motiva, mas que lamentavelmente não foram acolhidas por parte da Sr.<sup>a</sup> Presidente, nem dos eleitos da CDU.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Das propostas que apresentámos nessa altura destacamos as seguintes: atração de investimento através da disponibilização de terrenos e taxas municipais mais competitivas; proposta de derrama mais baixa para 2012; programa de apoio à reconversão do comércio local com apoios a fundo perdido; abertura da zona pedonal de Almada Centro; criação da Polícia Municipal; criação de um programa municipal de apoio ao arrendamento jovem; uma nova política de habitação social; reformulação do Boletim Municipal com as posições e sentido de voto dos autarcas não executivos; reforço da intervenção na limpeza urbana e a revisão profunda do Plano de Acessibilidades e Mobilidade.

Sobre os documentos em apreço, manifestamos alguma preocupação sobre o aumento do passivo, na ordem dos 20%, com o conseqüente decréscimo do rácio de solvabilidade, o aumento superior a 300% relativamente às dívidas de curto prazo a terceiros, que se verificou igualmente em 2010. A redução das transferências de capital para as Freguesias e ainda os resultados operacionais negativos dos SMAS. Lembramos que pelas razões já anteriormente apontadas, o Orçamento para 2011 não mereceu a aprovação do PSD já que não quiseram na altura aceitar nenhuma daquelas propostas apresentadas. Verificamos também que apesar do previsto pela Câmara, alguns dos cenários mais calamitosos que não se realizaram, já que as grandes reduções anunciadas das transferências do Orçamento de Estado se ficaram pelos cinco por cento, que a cobrança de impostos direta foi superior ao conjeturado, se verificou um aumento nas receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis, que a receita da Derrama sofreu um aumento de mais de setenta por cento e o exercício encerrou com expressivo saldo de gerência.

Não houve na nossa perspectiva por parte da Câmara um interesse real e uma verdadeira estratégia para atrair novos investimentos com a subsequente instalação de projetos de qualidade e não se veem nos documentos agora em discussão, dados objetivos que revelem que a autarquia foi um dos impulsionadores de mais e melhores formas de investimento no Concelho e que tenha criado mais emprego e produção de riqueza. Estes documentos consubstanciam em grande parte uma visão diferente acerca das opções na nossa ótica seriam as mais capazes e qualificadas para a realização de um desenvolvimento socioeconómico mais harmonioso e equilibrado do Concelho de Almada, daí que o nosso voto terá em conta esta circunstância política reprovável.”

#### **6.2.2.2 – O Sr. Deputado Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Encerrado que está o ano económico de 2011 importa, hoje, avaliar o cumprimento por parte da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada, dos Planos de Atividades e Orçamentos que, em finais de 2010, esta mesma assembleia municipal aprovou, através da análise dos seus Relatórios e Contas de Gerência relativos ao ano transato.

Para podermos aferir se os objetivos a que se propunham os orçamentos para 2011 foram ou não atingidos, é de todo relevante lembrar alguns dos pressupostos que a eles estiveram subjacentes.

Desde logo a consciência que 2011 seria um desafio exigente para o Município, fruto do contexto económico adverso que, já então, se vivia e, principalmente, se antecipava.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Esta convicção, podemos afirmá-lo, foi confirmada na íntegra. 2011 foi um ano ainda mais “duro” para os Municípios, de uma forma geral, e para o de Almada, no particular. As transferências do OE diminuíram uma vez mais e as receitas próprias do município conheceram igual realidade. Já no capítulo da despesa a pressão foi de sentido contrário, com a subida do IVA na energia elétrica de 6% para 23% e os aumentos constantes dos combustíveis, apenas para dar 2 exemplos que possuem um grande peso no orçamento municipal.

Mas esta convicção, dizia, levou a que os documentos previsionais para 2011 incorporassem em si 2 premissas fundamentais:

- por um lado, uma afirmação clara e irrefutável que o Serviço Público de qualidade que, ao longo dos anos, tem vindo a ser construído no Município de Almada, mais do que merece, deve ser defendido. Para isto apostou-se na continuação do investimento municipal, não obstante os constrangimentos financeiros, e numa assunção inequívoca de não diminuir as ofertas existentes para os nossos munícipes, a todos os níveis da intervenção municipal.

- por outro lado, uma grande preocupação ao nível das previsões económico-financeiras. Seja pelo lado da receita, tendo o cuidado de não as sobrevalorizar, seja pelo lado da despesa, nomeadamente da despesa corrente, onde a preocupação foi a de contenção máxima, sem por em risco a prossecução das atividades existentes, garantindo a qualidade do serviço público prestado.

Isto é o histórico. Importa agora, como referi, aferir se o programado foi alcançado.

E analisando os relatórios e contas de gerência de 2011, a conclusão a que, inevitavelmente, chegamos é a do cumprimento total.

No que respeita às atividades desenvolvidas, outras intervenções, que serão realizadas nesta assembleia municipal, darão conta desta realidade, pelo que não me alongarei.

Mas no capítulo orçamental este cumprimento também é uma realidade, um facto consumado.

No lado da receita verificam-se realizações extremamente elevadas, comparativamente com o orçamentado, que, no caso da CMA, atinge os 99,1%, o que demonstra cabalmente a racionalidade presente na orçamentação (refira-se que a nível das receitas correntes a taxa de execução ultrapassou, inclusivamente, os 100%).

Nos SMAS, esta realização cifra-se em 86,55% que, sendo inferior ao registado na câmara, não deixa de ser uma realização elevada e que apenas não atingiu valores mais altos pois a crescente consciência ambiental que os cidadãos vão, progressivamente, demonstrando, por um lado, e a compreensível contenção no consumo da água derivada da conjuntura financeira difícil em que as famílias e empresas vivem, por outro, levaram a um menor consumo e, claro está, a um menor encaixe financeiro por parte dos SMAS.

De referir, no entanto, que tanto na CMA como nos SMAS, as receitas conheceram um decréscimo quando comparadas com o ano de 2010, pelas razões conjunturais e legais já anteriormente referidas, de 6,5% e 4,5% respectivamente. Foram aproximadamente 7 milhões de euros, no global entre CMA e SMAS, com que o município não pode contar para colocar à disposição dos seus munícipes.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Já no lado da despesa, e uma vez mais, aquilo que se verifica é o cumprimento dos objectivos propostos. Não colocando em risco o desenvolvimento das atividades municipais em todas as suas vertentes, as despesas correntes contraíram cerca de 5% na CMA e 2,2% nos SMAS, comparativamente a 2010, sendo inclusivamente inferiores ao orçamentado para o ano de 2011.

Daqui se retira uma conclusão. Em Almada o trabalho realizado é um trabalho sério, ponderado e responsável! Desde a construção de documentos previsionais que se constituam como instrumentos de gestão da coisa pública capazes e efetivos, até à sua implementação no dia a dia, com uma atitude de racionalidade, olhando os problemas olhos nos olhos, encontrando, também criativamente, novas formas de superar os desafios que se apresentam.

Apenas assim chegamos hoje aqui a esta assembleia municipal e podemos ver um município onde todos os rácios de gestão económica financeira apresentam resultados invejáveis, onde, não obstante todas as vicissitudes, ainda assim é possível, ano após anos, libertar receitas correntes para financiar investimentos (em 2011 cerca de 15 milhões de euros), tão importantes que são para a qualidade de vida dos Almadenses, mas que também constituem uma alavanca, seguramente não suficiente para todas as necessidades, mas ainda assim importante, para o tecido económico do concelho e, em última análise, do país.

Os relatórios e contas de gerência da CMA e dos SMAS de Almada demonstram, uma vez mais que é possível ter um serviço público de qualidade em prol dos cidadãos.

Demonstram a extrema dedicação e profissionalismo de todos aqueles que diretamente contribuíram para a sua concretização, entre eleitos, dirigentes e trabalhadores no geral. A eles o justo e merecido reconhecimento pelo esforço e trabalho realizados.

Demonstram, Sras. e Srs. Deputados Municipais, que, no nosso município, o Poder Local Democrático, pilar fundamental da nossa democracia de Abril, está vivo, quer continuar a viver e viverá! Assim nós o defendamos no futuro como o temos até hoje feito em Almada.”

#### **6.2.2.3 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria aqui deixar algumas notas, nós estamos hoje aqui a analisar o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal do ano 2011, é um Relatório que obviamente cumpre aquilo que são a estratégia política da maioria CDU, dos orçamentos aprovados, da sua estratégia de visão que tem para o desenvolvimento do Concelho, e portanto em relação a isso não temos obviamente, não tenho eu nada a dizer.

Nós ouvimos aqui nesta Assembleia variadíssimas vezes e temos também tido nota por alguns relatórios que são feitos a nível nacional, que esta é uma Câmara que apresenta sempre boas contas e que apresenta sempre resultados nos pódios do Anuário Financeiro das autarquias em alguns dos critérios. Por exemplo, no Anuário Financeiro de 2010, Almada é o segundo Município com maior grau de receita cobrada e é o primeiro Município com maior liquidez. Isto são dados que de facto vistos assim sem comparar com outros anos e confesso que eu própria só depois de alguns anos de eu ser



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Deputada Municipal é que consegui começar a perceber qual é que tem sido o evoluir das contas e qual é que tem sido o caminho. E claramente este mandato tem sido um mandato atípico, que diz respeito às contas do Município. Vê-se claramente que é um mandato que ao contrário dos outros, não segue o chamado ciclo eleitoral, é um mandato onde não têm sido feitas algumas contenções que tanto se vangloriavam no passado mais ou menos por esta fase do ciclo eleitoral, aliás acabámos de ouvir o Deputado Carlos Revés a fazer um elogio ao facto de este Relatório de Contas apresentar um grau de execução bastante elevado e nalgumas das rubricas até superior a 100%, quando há outros anos e seria interessante pegarmos nestas declarações da CDU de há uns anos atrás, de há 4, 5 anos atrás, quando eles defendiam exatamente o contrário e defendiam que as taxas de execução de setenta por cento, oitenta por cento era exatamente aquilo que devia ser porque só se podia gastar aquilo que devia ser gasto. Mas o que é facto é que este ano e analisando este Relatório de Contas, a Câmara Municipal tem um aumento bastante significativo no que diz respeito às receitas. Em 2011 representaram oitenta e dois milhões e oitocentos mil euros, o que é um acréscimo superior a mais de três milhões e meio de euros em relação a 2008. Pelo quarto ano consecutivo há uma subida das receitas dos impostos diretos, nomeadamente do IMI e da Derrama.

No mesmo Anuário Financeiro que tivemos alguma curiosidade de ver, Almada é apontado como sendo o sexto Município com maior aumento da receita do IMI, o que é que isto significa? Significa que a nível da receita e dos impostos diretos principalmente, não há motivos para a Câmara se preocupar, porque tem de facto havido uma subida bastante representativa daquilo que são as receitas. No que diz respeito à liquidez da Câmara Municipal, de facto os valores que aqui são apresentados são valores que não envergonham Câmara absolutamente nenhuma. E não estamos a dizer isso. Mas o que convém também referir é que esta liquidez também já não é a mesma que era aqui há uns anos atrás. Senão vejamos, a liquidez atualmente, a Câmara apresenta uma liquidez no valor de cerca de vinte e oito milhões de euros e em 2008 por exemplo, no mesmo período de ciclo eleitoral se assim podemos chamar, a Câmara apresentava uma liquidez de trinta e cinco milhões de euros. Ou seja, neste mandato a liquidez da Câmara caiu cerca de vinte por cento. E esta quebra só é justificada de facto por ser um mandato bastante atípico no que diz respeito aquilo que por vezes pode ser estudado como ciclo eleitoral este mandato aqui na Câmara de Almada não tem sido tão regular como todos os outros mandatos que vieram anteriormente.

Em relação ao passivo, também aqui nós temos um aumento. No anuário financeiro é feita uma chamada de atenção para o facto de Almada ser já o vigésimo segundo Município de grande dimensão com maior aumento de passivo, tendo registado neste caso o sexto maior aumento do seu passivo. E as contas que aqui são apresentadas confirmam de facto um aumento de vinte por cento em relação ao ano anterior que são cerca de treze milhões de euros. Também no que diz respeito ao endividamento de médio e longo prazo, atualmente a Câmara Municipal já apresenta valores que atingem os noventa e cinco por cento da capacidade de endividamento possível para as Câmaras Municipais. Valores esses que estão muito acima daquilo que estavam no passado, há cinco, seis anos atrás.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Outro dado importante e de alguma forma preocupante e que revela também um pouco aquilo que tem sido este mandato, tem a ver com as dívidas de curto prazo que só desde 2009, aumentaram trezentos por cento nesta Câmara Municipal. Passaram de 1,5 milhões de euro as para 6,9 milhões de euros no ano de 2011. Em resumo e aquilo que eu gostaria de saber e de obter alguma resposta por parte da Sr.<sup>a</sup> Presidente, o que é que levou a que todas, quais foram as políticas, qual foi a estratégia, porque é que houve uma inversão total daquilo que tem sido a regra da governação da CDU em Almada nos últimos anos e como a Sr.<sup>a</sup> Presidente muitas vezes diz, há quase vinte e cinco anos que é Presidente de Câmara e portanto, porque é que este mandato tem sido assim tão diferente, e porque é que as contas de Almada ainda que saudáveis, porque são, porque é que já não estão tão bem de saúde como estavam há uns anos atrás. E o que nós gostaríamos de saber e referir aqui algumas coisas. Por exemplo e como já referi anteriormente a Câmara continua a obter receitas e a obter um acréscimo de receitas no que diz respeito a impostos diretos, mas ainda assim continua a fazer cortes nos subsídios a instituições que têm função social, para os Bombeiros Voluntários, para instituições culturais, etc.. Outra questão que também gostaria aqui de referir tem a ver com a contenção das despesas correntes por parte da Câmara Municipal. E uma das coisas que nós verificamos é que um terço desse corte das despesas correntes tem a ver com aquilo que foram os cortes salariais dos funcionários da Função Pública que foram impostos pelo Governo e portanto foi parte da despesa, uma grande parte da despesa corrente que baixou de facto, foi fruto desse corte nos salários da Função Pública e não a despesa de funcionamento.”

#### **6.2.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Hoje, a Assembleia Municipal está reunida para apreciar e votar mais um Relatório de Gerência e Contas do Município de Almada. Tal como se esperava, o texto, mais do que um retrato do desempenho da Câmara Municipal durante 2011, e do seu impacto na vida dos almadenses, é uma prosa de ficção, embora de valor literário bastante duvidoso...

Emerge do relatório um concelho tão idealizado quanto implausível, alimentado pela máquina de propaganda da maioria comunista, ao bom estilo de Pyongyang. Assim resulta das sucessivas páginas do documento, em que nos é contada a história de um município magistral e irrepreensível, onde tudo está feito ou, no mínimo, planeado para se fazer.

A Almada em que se cumpriu, cito, «uma nova etapa concretizada com êxito, no caminho da consolidação das condições que garantam uma vida cada vez melhor a todos os Almadenses», uma Almada em que sobressai a «exemplaridade no que à intervenção municipal diz respeito», uma Almada de, continuo a citar, «notáveis resultados».

Lido este documento, poderíamos ficar com a firme convicção de que a Câmara Municipal de Almada, liderada por pessoas de suprema competência que nunca se enganam, continua a transformar o concelho em algo que se pode aproximar a um paraíso na terra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Mas esta Assembleia não é o júri de uns jogos florais. Fora do texto ficcionado que nos foi entregue, há a realidade, aquela que é experimentada pelos cidadãos em cada dia, aquela que não se compadece com triunfalismos pacóvios nem com o controlo dos *apparatchiki* partidários.

Regozija-se a Câmara Municipal pelos resultados financeiros, tonando-os sinónimo de boa gestão. Falta referir que o saldo de gerência é construído à custa das inevitáveis receitas do betão — única estratégia consistente ao longo dos anos — e do crescente sacrifício de munícipes, famílias e empresas, que continuam, em Almada, a pagar impostos e taxas brutais.

Em Almada, um dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa com maiores carências socioeconómicas, a Câmara Municipal não tem estratégia para atracção de investimento, definindo uma derrama penalizadora. Aos cidadãos, impõe uma taxa de IMI que deixa muitas famílias sem recursos, aprova taxas elevadas e que duplicam tributações, e ainda arrecada os 5% de IRS de que poderia aliviar os almadenses. Tudo para alimentar uma máquina autárquica obesa e despesista, que sustenta clientelas partidárias e os desvarios da maioria.

Poderia ser diferente? Claro que sim. Veja-se o município de Ponte de Lima. Para lá de isentar os cidadãos de 5% de IRS, há derrama zero para todas as empresas. Por outro lado, a Câmara Municipal tem apenas quatro chefes de divisão, não tem diretores de departamento, não há empresas municipais, o presidente e os vereadores não têm cartão de crédito nem motorista.

Ah! Mas é claro. A Câmara Municipal de Ponte de Lima não oferece relógios comprados a empresas de estudos e projetos, não organiza almoçadas, não paga ferrugem a preço de arte a um camarada do partido, não contrata artistas a dezenas de milhares de euros, não edita livros inúteis a mais de 40 euros o exemplar, não compra atualizações milionárias de software banal, não tem fontes cibernéticas, não enterra dinheiro em colectividades controladas pelo partido, não tem uma empresa de estacionamento com buracos financeiros, não suporta com os recursos público a Festa do Avante, nem tem os familiares do presidente e os amigos do partido de turbo ligado a subir na carreira.

Regressemos, então, à realidade de 2011.

Ano em que mais de metade da receita corrente do Município foi proveniente do sector imobiliário, escolhido que foi o betão como o grande desígnio do concelho.

Em 2011, a Câmara Municipal de Almada gastou cerca de dois milhões de euros em subsídios e publicidade. Só para a Academia Almadense, a autarquia decidiu transferir 750 mil euros, mesmo depois do uso injustificado que a colectividade fez da transferência anterior de 300 mil euros. Por estranha maquinação do destino, a colectividade foi presidida pelo atual adjunto da Senhora Presidente da Câmara.

Em 2011, a Polícia Judiciária continuou a visitar instalações municipais, em processos de que a Presidente da Câmara não presta esclarecimentos aos munícipes, preferindo acusar de «terrorismo político» e «complô organizado» aqueles que fazem as perguntas óbvias sobre o assunto.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Foi em 2011 que soubemos haver documentos apreendidos sobre a ETAR da Mutela, no âmbito de um inquérito do Ministério Público que investiga a prática de crimes de tráfico de influências, peculato, participação económica em negócio e fraude na obtenção de subsídios.

Em 2011, o Senhor Provedor de Justiça pronunciou-se contra a Estrada Regional 377-2, o cavalo de Tróia desta Câmara Municipal em Paisagem Protegida, Reserva Agrícola, Reserva Ecológica e Reserva Botânica. No mesmo ano, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pronunciou-se contra esta obra, pelos seus impactos irreversíveis e danosos.

Em 2011, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e o Senhor Provedor de Justiça instaram a Câmara Municipal a cumprir a lei de acesso a estes documentos. Ainda assim, uma cidadã necessitou de recorrer a uma intimação judicial com vista a obter documentos que lhe foram persistentemente negados pela autarquia.

Em 2011, a Câmara Municipal de Almada continuou a recusar-se a prestar contas da sua gestão, com respostas vagas, muito incompletas e inócuas a requerimentos e questões concretas de deputados municipais.

Em 2011, a Senhora Presidente da Câmara de Almada recusou enviar a um deputado municipal o Plano Municipal de Proteção Civil em vigor, desrespeitando gravemente as competências desta Assembleia e mantendo escondida a sua negligência.

Em 2011, continuou o cerco aos comerciantes do centro da cidade, consequência de uma teimosia trágica da Câmara Municipal.

Em 2011, os habitantes e os comerciantes de Cacilhas constataram que a Câmara nada aprendeu com os erros grosseiros no centro de Almada, alargando o disparate à freguesia vizinha.

Em 2011, a Ecalma continuou a dar prejuízo ao Município e a manifestar uma atuação inconsistente, mostrando a inutilidade da sua existência.

Em 2011, a Costa da Caparica continuou a contemplar o cadáver de um Polis incompetente e violador da paisagem e do ambiente, num cenário desleixado e decadente, que não consegue explicar as dezenas de milhões de euros que custou aos contribuintes.

Em 2011, a Câmara Municipal fez aprovar nesta Assembleia uma suspensão parcial do Plano Diretor Municipal, com uma fundamentação atabalhoada e propósitos ambíguos.

Em 2011, o espaço público continuou sujo e vandalizado, parecendo ser imagem de marca de uma gestão municipal que desistiu dos almadenses.

Em 2011, passou mais um ano de esquecimento e degradação passou sobre património histórico e cultural de elevado interesse: a Torre Velha (a mais antiga fortificação marítima portuguesa), o Chalé Ribeiro Telles (de recuperação propagandeada pela Câmara em 2007), a Quinta da família Gomes e a nora de ferro, a Quinta da Arealva, as baterias de Alpena e Raposeira, a Quinta de Santa Rita ou a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, para dar alguns exemplos, foram afastadas das prioridades da Câmara Municipal, mais preocupada com foguetório, promoção imobiliária e propaganda.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em 2011, Almada continuou a passar ao largo das oportunidades turísticas que o seu potencial geográfico, histórico e humano reclama. Segundo palavras do Prof. João Joanaz de Melo, presidente do GEOTA, «não se vislumbra qualquer estratégia ou conceito de destino turístico.»

Em 2011, a população do Vale da Sobreda permaneceu sitiada num território indecorosamente esquecido pela Câmara Municipal e entregue a condições de vida indignas.

Em 2011, a Câmara Municipal de Almada investiu dezenas de milhares de euros em planos bacocos de combate às alegadas alterações climáticas, cujas teses catastrofistas e propostas históricas ao estilo de seita religiosa, estão desacreditadas na comunidade científica. O escândalo Climategate, que revelou a manipulação de dados por colaboradores do IPCC, deveria ser suficiente para a nossa autarquia revelar juízo no desperdício do dinheiro dos cidadãos.

Ainda em 2011, a Câmara persistiu em gastos absurdos em ações vazias, no âmbito de uma Semana da Mobilidade folclórica e inconsequente. Precisamente a mesma Câmara que pretendia construir uma estrada criminosa e habitação social em solo com diversas proteções ambientais, entregando a paisagem e o património natural à voracidade da especulação imobiliária.

Em 2011, a Câmara Municipal de Almada continuou a entreter-se com estudos e análises sobre agricultura urbana, mas nada concretizando, quando outros municípios em menos tempo fizeram muito mais, numa matéria que se assume cada vez mais como uma prioridade, e pela qual o CDS há tantos anos se bate nesta Assembleia. Teve de ser o tempo a dar-nos razão.

Em 2011, a Câmara Municipal decidiu deixar parte do território mergulhada na escuridão, num plano desmiolado de alegada poupança energética que coloca em causa a segurança dos cidadãos e do seu património. Ao mesmo tempo, insistiu em luminárias ultrapassadas que desperdiçam eletricidade e originam um ambiente urbano menos acolhedor.

Foi também em 2011 que, demasiadas vezes, o nome de Almada surgiu na comunicação social devido à criminalidade violenta, que não se pode dissociar de um ambiente urbano descuidado e de um espaço público que não cativa os cidadãos.

Em 2011, a maioria comunista, rejeitou um projeto do CDS para a criação de um Programa Municipal para os Idosos, com vista a que, para lá de condições de vida independente e digna, no ambiente que construíram e entre aqueles que amam, a comunidade lhes proporcionasse oportunidades para valorizar as suas experiências e para partilhar os seus valores. Mas a CDU não se importa de sacrificar os que mais precisam à sua cegueira ideológica.

Foi assim em 2011. E não tem sido por falta de propostas alternativas, a que a Câmara Municipal fecha os ouvidos, convencida que está de ser detentora das verdades absolutas. Não ignoramos as decisões meritórias do executivo, mas não podemos deixar de notar a distância entre a Almada de fantasia que este Relatório nos apresenta, e a dura realidade que encontramos diariamente. Podia-se ter feito mais, melhor e com menos custos. É nosso dever exigí-lo aos que foram eleitos para isso.

Almada não merecia o estado de decadência urbanística, paisagística, social e democrática, a que esta maioria comunista conduziu aquela que poderia e deveria ser uma metrópole viva e pujante.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 6.2.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso-vos, eu tenho aqui uns apontamentos tomados, mas fico um tanto ou quanto perplexo por hoje se estar aqui a falar das Contas de Gerência 2011 como se em Portugal em 2011, o Governo PS não tivesse continuado a fazer planos de estabilidade e crescimento que nos levaram à Troika.

Falam de 2011 como se o Governo PSD/CDS-PP não nos tivesse levado à situação atual. E falam do esforço dos almadenses como se tivessem apresentado propostas válidas para diminuir a carga fiscal municipal que hoje incide sobre os almadenses e que em 2011 coincidiu sobre os almadenses. As mesmas forças políticas que hoje falam de 2011 como um enorme sacrifício em Almada para os almadenses, esquecem que essas mesmas forças políticas em 2011 rejeitaram propostas válidas, sustentáveis e factualmente sustentadas para baixar essa mesma carga fiscal. Mas, é fácil criticar e é fácil falar de cor.

O Bloco de Esquerda, como estarão recordados viabilizou o orçamento para 2011. Viabilizou e viabilizou bem, que era um orçamento que investiu oitenta e três milhões de euros no município, era um orçamento que previa uma aposta no tecido social sobretudo dos tecidos sociais mais frágeis, era um orçamento que ao longo do ano foi sendo consubstanciado em medidas concretas e bem aplicadas.

Foi um orçamento que só não derrapou mais e o orçamento que mesmo assim teve um resultado líquido do exercício de nove milhões de euros, e já lá vamos. Que só não derrapou mais e de facto em termos de impostos diretos conseguiu até ter um ..... bastante positivo, porque é preciso não esquecer que sobretudo em receitas do imobiliário, e aqui já foram delas faladas, o mês de dezembro, sobretudo o mês de dezembro foi bastante significativo. Só quem não conhece o mercado imobiliário em Portugal é que pose assumir uma certa linearidade das transações deste tipo de receitas, só quem não conhece minimamente o mercado imobiliário em Portugal é que pode supor que é susceptível comparar o ano de 2011 com o longínquo ano de 2008.

Mas adiante.

Naturalmente que este orçamento, aliás as contas de gerência que estão aqui a ser analisadas tiveram aspectos positivos, falarei apenas de dois ou três. Por um lado, apesar de ser simbólico, o peso, aliás o investimento feito, a despesa feita em prémios e condecorações baixou para 72% daquilo que tinha sido orçamentado. É uma poupança de oitenta mil euros, ou foi uma poupança de oitenta mil euros que aqui deve ser sublinhada.

Por outro lado, também aqui se falou da publicidade, mas não de uma forma autonomizada e a publicidade permitiu uma poupança de cem mil euros. Gastou-se menos de cem mil euros, o que estava previsto o que representou uma execução de 58%. Dado igualmente significativo para o Bloco de Esquerda, o Orçamento previsto para reparação dos Bairros Camarários, foi cumprida em 99,9%. Apesar de aqui muito se falar o ano de 2011 não foi fácil e mesmo assim o rácio de autonomia financeira manteve-se bastante próximo ao de anos anteriores e extraordinariamente elevado. Por outro lado, e isto apesar de ser positivo é algo que não nos pode pois deixar de tecer algumas críticas, as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

receitas totais aproximaram-se dos 100% daquilo que havia sido orçamentadas. E isto leva-nos a um problema é quando 2011 permitiu um resultado líquido do exercício de nove milhões de euros, depois de o ano de 2010 ter permitido um resultado líquido de um exercício de seis milhões de euros. E aquilo que se verificou é que a despesa total foi de apenas de setenta e quatro milhões de euros em 2011, ou seja, se, se receberam oitenta e três milhões de euros e só se gastaram setenta e quatro milhões de euros e teve um resultado líquido do exercício de nove milhões de euros, havia margem para se fazer mais. E é isso que nos deixa bastante desiludidos com as contas de gerência de 2011. É que o que foi feito em grande medida foi bem feito, mas havia margem para se fazer mais.

Outro dado que nos preocupa e que aqui já foi aludido mas não de forma materializada e quantificada, é o facto de os fornecedores em conta corrente, as dividas a curto prazo a fornecedores em conta corrente, incluindo o imobilizado, terem passado de sete mil e quinhentos euros em 2010 para qualquer coisa como cento e setenta e cinco mil euros em 2011. E este dado causa-me a mim pessoalmente ainda mais estranheza, quando no dia 01 de janeiro de 2012, no Jornal Público vinha uma notícia a dizer que as dividas a fornecedores eram zero. E portanto, eu aqui suponho que tenha sido um lapso daquele jornal.

Outro dado que é a principal desilusão destas Contas de Gerência, é o facto das despesas de capital terem representado apenas 72,6% do orçamentado. Dos vinte e seis milhões previstos, passaram apenas para dezanove milhões. Ou seja, se o resultado líquido do exercício tivesse sido aqui investido, certamente que estaríamos aqui a falar de outra forma.

Por outro lado, muito se fala dos trabalhadores da Câmara. Não temos a menor dúvida que eles são a força motriz desta autarquia, e por isso mesmo não compreendemos como é que em Plano de Atividade Municipal dos cento e vinte e quatro mil euros previstos para formação a taxa de execução cifrou-se apenas nos quarenta e seis mil euros. Dado igualmente preocupante no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, dos vinte e três milhões previstos para 2011 apenas foram investidos 15,9 milhões, 69,4%. Isto é particularmente danoso em termos de funções sociais, uma vez que dos 17,2 milhões de euros previstos o investimento cifrou-se em apenas 11,8 milhões. Ou seja, 68,3%.

Sabemos que a conjuntura não foi fácil, sabemos todos os constrangimentos que a autarquia de Almada sofreu, sabemos que as transferências de capital do Estado em termos globais foram apenas 44,9% daquilo que era suposto, mas a verdade é que aqui também havia sempre possibilidade de se fazer um pouco mais. Tal como a recuperação e conservação habitacional em que o grau de execução se cifrou em 56,5%, em sede de Plano Plurianual de Investimentos, ou nas infraestruturas rodoviárias que em Almada, longe de serem perfeitas, também foram alvo de cortes e dos oitocentos e noventa mil euros que estavam supostos investir, gastaram-se apenas seiscentos e quarenta mil.

Por fim, tal como aqui também já foi aludido por outras forças políticas, o desinvestimento feito em termos de comércio e turismo é também assinalado. Dos seiscentos e setenta mil euros previstos em sede de PPI, foram apenas afectos duzentos e noventa mil, ou seja, 43,4%.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Há um enorme ónus sobre o Bloco de Esquerda nestas contas de gerência, uma vez que elas tiveram o nosso voto favorável. Mas, mesmo assim e apesar de todos estes aspectos que são efetivamente negativos, e apesar de Almada ser efetivamente uma metrópole com inúmero betão edificado, ela tem conseguido saber apoiar os mais carenciados, ela tem conseguido saber preservar o ambiente, ela tem conseguido garantir o acesso tendencialmente universal à cultura e à educação, ela tem-se substituído ao Estado na medida em que este se tem retraído de forma vergonhosa das suas funções constitucionais e portanto o Bloco de Esquerda apesar de encontrar inúmeras fragilidades nas contas de gerência, encontra também inúmeras virtudes e por isso viabilizará estas contas de gerência.”

#### **6.2.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria em primeiro lugar situar o texto da minha intervenção enquanto Presidente da Junta de Cacilhas. Já nesta Assembleia e em Assembleias anteriores foram feitos vários reparos à gestão do Município relativamente às transferências de competências para as Juntas de Freguesia. E acho que é neste momento que estamos a apreciar o Relatório de Contas 2011, que eu gostaria de colocar as seguintes questões. A legislação que possibilita a esta Câmara como a outras Câmaras Municipais delegar competências nas Juntas de Freguesia está vertida na Lei 5-A/2002, artigo 64º e 66º depois de aprovado na Assembleia Municipal o Regulamento e pelas várias Freguesias que têm que retificar as decisões das Juntas de Freguesia. Portanto nesse aspecto estamos falados.

Eu acho que do que eu conheço, as Câmaras Municipais não são obrigadas, embora a Lei permita que tome essa decisão, não são obrigadas a delegarem competências e a transferirem meios financeiros e outros para as Freguesias. Portanto, gostava em primeiro lugar de realçar a decisão desta nossa Câmara Municipal de Almada, que há uma série de anos assegurou esta decisão. E sobre isto gostava de dizer que esta decisão é uma decisão sustentada por um lado numa visão verdadeiramente genuína do que deve ser o Poder Local Democrático, e simultaneamente é suportada numa orientação e decisão políticas que pessoalmente eu gostava de realçar perante a Assembleia Municipal, destacando alguns princípios. Primeiro esta decisão sempre foi desde que eu sou Presidente de Junta, sempre foi assente num diálogo permanente e aberto entre a Câmara Municipal na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Presidente e dos Srs. Presidentes das onze Juntas de Freguesia deste Concelho. Diálogo permanente e aberto, partilhado com as Juntas de Freguesia onde sempre têm havido possibilidade de colocar questões relativas à intervenção da sua Freguesia. Segunda questão, nunca houve, que eu soubesse, que eu sentisse e verificasse, nenhuma discriminação política ou partidária da Câmara face às Freguesias e nós sabemos que existe no nosso Concelho Freguesias com diferentes orientações político partidárias e sensibilidades, CDU, PS e PSD. Que eu saiba e os meus colegas que aqui estão, mas eu falo por mim, nunca senti nenhuma discriminação à Freguesia a, à Freguesia b, ou à Freguesia c. Sempre lisura no comportamento da parte do Executivo na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Presidente. Depois, importantíssimo, cumprimento rigoroso no Plano Financeiro e Logístico, tudo decidido e acordado com as Freguesias. Eu podia dar-vos aqui exemplos de Câmaras Municipais uma da minha terra, em que o Sr. Presidente da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmara assina e aprova na Câmara e aprova na Assembleia Municipal atos de delegação de competência, verbas zero. Nesta nossa Câmara felizmente por uma gestão rigorosa do ponto de vista financeiro do seu orçamento a Câmara sempre cumpriu rigorosamente o definido e acordado em sede de protocolos e aprovados na Junta e ratificados na respetiva Assembleia de Freguesia. Mais, outro princípio importante, abertura pelo Executivo Municipal para fora do contexto do protocolado discutir bilateralmente com cada Freguesia aspectos e matérias que não estavam protocoladas. Meus amigos, isto é importante que se diga nesta Assembleia Municipal, porque é preciso repor alguma verdade nesta situação. Mas mais, e aqui tem um bocado a ver com as críticas ao Executivo, já hoje nesta Assembleia na pessoa do Deputado do PSD António Salgueiro, em que critica a Câmara de transferências de capital para as Freguesias, mas noutros momentos anteriores, e eu gostava de dizer o seguinte, é que há matérias que não estão nos respetivos protocolos entre a Câmara e a Junta respectiva, há matérias em que a Câmara decide e bem, não arrecadar a receita corrente ou de capital. Eu vou dar exemplos. Por exemplo, quanto é que custou ao Município e que tem um ganho de qualidade na vida dos cidadãos de cada Freguesia a renovação das frotas municipais de recolha de monos, quanto é que isso custou? Na minha Freguesia custou em 2011 vinte e nove mil euros, entre aquisição e participações nas reparações da respetiva viatura, vinte e nove mil. Isto é dinheiro que não está no protocolo mas que é investimento municipal nas Freguesias é a favor das suas populações.

Segunda questão, requalificação das Freguesias, não está no protocolo mas não sabe bem aos Presidentes de Junta e neste caso eu Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas, saber andar na minha Freguesia e receber um elogio dos cidadãos de Cacilhas porque os muros foram pintados, porque os muretes foram pintados, porque baias e os corrimões foram pintados, porque os bancos de jardim foram reparados e isto custou à Freguesia dinheiro, neste caso para 2012, eu vou receber dez mil e setecentos euros para reparar e pintar muros e muretes da minha Freguesia, não está no protocolo mas é investimento municipal a favor das Freguesias e das populações.

Terceiro, não arrecada receitas em relação por exemplo à ocupação da via pública, que para mim Freguesia que tem poucos meios financeiros depende muito da transferência do Estado Central e Local, eu consigo arrecadar por ano, porque a Câmara decidiu não arrecadar essa receita de esplanadas e ocupação da via pública, a Junta de Freguesia recebe cerca de três mil euros por ano, que para mim é oxigénio para poder respirar. Outros meus colegas de Junta também saberão, sabem que essa receita também verte a favor da sua execução orçamental respectiva. Mais, também temos através dos SMAS protocolos, em que os SMAS participam para a Freguesia, estou a falar de Cacilhas neste caso, uma transferência por força do protocolo assinado entre a Junta e os SMAS em que verte para a Junta cerca de doze mil euros por ano, que a mim também me dão muito jeito e mais, é um serviço de proximidade às populações. Meus amigos, temos que ser claros porque analisar a transferência das Câmaras para as Freguesias só no âmbito dos protocolos quando é muito mais do que aquilo que vem protocolado. E temos que ser concretos. Cacilhas, aplicação concreta a Cacilhas deste protocolo em competências e matérias protocoladas, nós recebemos cento e onze mil euros por ano, correspondendo





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a noventa e quatro mil correntes e dezassete mil de capital. Nas outras receitas que não são protocoladas, doze mil ocupação da via pública, mil e seiscentos de canídeos e doze mil e cem SMAS. Portanto, há aqui algum esforço financeiro da Câmara e dos SMAS para que a vida nas Freguesias tenha mais qualidade, também por força deste apoio financeiro entre o protocolado e o que não está protocolado. Portanto, eu acho que este esforço deu resultados, eu acho que este esforço de facto deu resultados. Primeiro lugar, otimiza recursos no plano financeiro e no plano da gestão dos equipamentos. Foi uma boa medida, foi uma excelente medida que ninguém aqui consiga atacar a Câmara quando decidiu há muitos anos, meus amigos três funcionários e uma frota que está renovada em 2010, 2011. Otimizar recursos, ou seja, a Câmara apostou e bem no esforço e na gestão das suas Freguesias.

Segundo resultado, qualidade de vida das populações, na área da limpeza urbana, na mobilidade pedonal que estamos a falar de reparação de calçada, pessoas que se deslocam em vias com buracos ou sem buracos e na própria imagem da Freguesia, portanto do Concelho.

Terceiro resultado positivo, coesão para mim muito importante do ponto de vista político autárquico, coesão forte, consolidação entre a Câmara Municipal e as suas Freguesias do Concelho de Almada. Coesão importante porque é nesta ocasião que nós vamos conseguindo fazer a tal reforma que o Estado hoje quer impor às Freguesias, a regra e o quadro, com esta coesão nós vamos construindo a nossa reforma ao longo dos anos.

Finalmente, quarto resultado, qualidade da democracia, porque quando há diálogo entre os órgãos autárquicos e entre os órgãos e as populações, a democracia ganha.”

#### **6.2.2.7 – O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No ciclo de apresentação dos resultados do nosso Executivo Autárquico ao órgão fiscalizador é-nos hoje apresentado o documento Relatório e Contas da Gerência de 2011. Cabe aos eleitos deste parlamento local aferir do rigor técnico dos dados aqui transcritos e do cumprimento de um orçamento consequência das opções políticas preconizadas pelo partido político que nos governa localmente. Mas vinte e seis páginas introdutórias o Executivo enumera quantitativa e qualitativamente os resultados das suas opções, descrevendo as ações conducentes à implementação do seu programa e das suas prioridades para o nosso Concelho. Aos eleitos compete também avaliar no seu trabalho de auscultação às nossas instituições e concidadãos se as ações e prioridades serviram a melhor dos seus interesses promovendo a sua qualidade de vida e potenciando um capital deste território e destas gentes, no todo da sua região e porque não do seu País. Começando pelo nível macro do País, é bastante descritivo em todo o texto do documento agora em análise o enquadramento necessariamente presente no contexto económico-financeiro em que vivemos. É descritivo e necessário dado que não nos podemos esquecer nem branquear que foi há menos de um ano que fomos confrontados com uma situação de rotura financeira a que teimosamente o modelo de desenvolvimento do Governo Socialista nos conduziu, nos conduziu e precipitou para uma urgente assistência financeira obrigando agora de uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

forma intensa e muito limitada no tempo a reformas e medidas transversais aos diferentes sectores da sua sociedade.

Ao nível municipal, as consequências das necessárias medidas restritivas, obrigam diretamente, tal como ao nível das nossas famílias à otimização de recursos e igualmente ao maior apoio de proximidade aos mais desfavorecidos. Não queremos por isso deixar de reconhecer e enaltecer numa primeira nota o trabalho de todas as instituições de solidariedade social cujo profícuo empenho em rede e necessariamente em articulação com a autarquia, muito tem contribuído para a mitigação de situações de urgência social. Ao Executivo, deixamos por isso uma palavra de incentivo na canalização prioritária dos recursos à sua disposição, neste apoio necessário de proximidade por via destes seus parceiros locais. Deixamos por isso, pela preocupação que nos exige esta nota prioritária antes de qualquer consideração política ou técnica ao documento aqui em análise.

No âmbito político o PSD apresentou-se em 2009 com o seu programa em ações, sendo certo e sabido que o nosso modelo de desenvolvimento local para Almada privilegia o desenvolvimento integrado local e sua sustentabilidade por via de uma política ativa de atração de investimento e redistribuição dos mecanismos de promoção da qualidade de vida sempre em linha com a medição dos seus resultados. Por isso privilegiamos o inquérito de satisfação, a verdadeira participação ativa dos seus cidadãos na sua vida local sem balizas nem formatações prévias. Em análise está por isso o documento que quantifica o resultado das prioridades desta força política que nos coloca num caminho que como é sabido divergente do nosso.

Ainda no âmbito político e só para enumerar ainda que pontualmente o que nos separa, reiteramos de incompreensível a continuada aposta nas despesas ditas de comunicação, não mais do que ferramentas puramente políticas de atividade municipal e outros conteúdos de duvidosa contribuição para o bem estar dos munícipes e da sua qualidade de vida.

No campo técnico, saudamos a cuidadosa construção das tabelas, gráficos e descritivos deste documento, que no seu conjunto observam requisitos legais e oferecem aos eleitos os dados e a necessária informação para a sua análise.

Uma segunda nota por isso, aos técnicos que contribuíram para o cumprimento deste objetivo.

Uma terceira nota ao constatar-mos uma vez mais um transversal autoelogio exagerado, continuado ao longo destas mais de duzentas e cinquenta páginas. Olhando de uma forma reveladoramente menos ambiciosa para o que nos rodeia e assim explicitando uma distorcida realidade. A naturalidade com que até sem sentimentos de cariz político percebemos a continuada deficiente limpeza urbana, a descaraterização dos núcleos históricos, a confrangedora miopia e teimosia política da não inversão ou correção das políticas de mobilidade real e a involução do desenvolvimento económico não fruto de questões económicas do contexto, mas também de raiz estratégica desmontam este cenário de paraíso que o documento nos emana.

A quarta nota dirige-se aos saudáveis resultados no apoio ao investimento em infraestruturas escolares que reconhecemos mas igualmente incentivamos na procura futura de um programa de partilha e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

rentabilização, em que cada vez maior serviço em rede entre o parque escolar local e porque não o da gestão central. Aproximando os seus atores em sintonia com o serviço de cidadania. Porque não abrir este parque em horários complementares ao escolar, à comunidade, ao voluntariado, ao apoio social.

A quinta e última nota dirige-se à componente de execução financeira. Uma elevada execução orçamental resulta da capacidade de implementação do orçamento planeado que se sublinha. A qualidade do orçamento planeado resulta das opções políticas preconizadas. As opções políticas servem o objetivo que continua a colocar o nosso Concelho num baixo grau de atratividade. Dai resulta também a nossa avaliação de insuficiente na quantidade de execução/qualidade de execução. No respeitante à nota qualitativa, às tabelas do Relatório da execução financeira, onde se descreve sobejamente a redução das receitas da transferência do orçamento do Estado, tem no entanto a seguinte leitura factual, as transferências do orçamento do Estado tiveram reduções de cinco por cento face a 2010, aumentaram comparativamente dois por cento face a 2008. Na realidade o peso desta rubrica que reduziu de vinte e quatro ponto dois em 2010 para vinte um ponto dois por cento em 2011, na receita corrente, foi em termos relacionais muito influenciada pela rubrica aumento dos impostos diretos. Isto é, mais dois ponto três por cento que em 2010 e mais oito ponto seis por cento que em 2008. Nomeadamente na rubrica Derrama, com um aumento de trezentos e noventa por cento em relação a 2008, em termos absolutos o equivalente à redução da rubrica IMT, SISA no mesmo período de tempo.

Em termos conclusivos verificamos uma desalavancagem orçamental de origem imobiliária em detrimento da restante atividade económica. É também nesta leitura que o Executivo deverá nortear as suas prioridades na estruturação de futuros orçamentos antecipando estratégias, eixos prioritários e linhas de ação futura.”

#### **6.2.2.8 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Fazer aqui umas notas, não sobre propriamente as contas e execução daquilo que está em discussão, mas acabam por ser notas que também revelam um pouco a natureza e a característica genérica daquilo que são os níveis de execução e objetivos financeiros do ano de 2011, que no fundo é aquilo que se tem e com aquilo que se tem poder-se-ia fazer efetivamente melhor. Vou chamar a atenção para alguns projetos, programas que tem-nos uns em parceria, outros da sua inteira responsabilidade na Câmara e que poderiam também deles surtir um maior efeito, melhores resultados e no contexto que vivemos e já o vivemos há alguns anos, não foi propriamente em 2011 que falamos de crise, todos estes programas podiam ter mais algo a dizer e podiam ser reorientados precisamente para esse contexto.

Começava por chamar atenção para o Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento. Foi um Gabinete que teve origem num protocolo com uma série de entidades e uma série de recursos que constituem o tecido empresarial e o tecido social deste Concelho, mas efetivamente o que é que a Câmara espera que este Gabinete venha a desenvolver e venha a trazer mais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relativamente àquilo que são as políticas de emprego e captação de investimento que é feita para o Concelho. Que resultados efetivos se podem esperar? Fala-se num Programa de Apoio ao Empresário, que programa é este? Pensou-se por ventura nalguma relação com aquilo que é também a rede social e com aquilo que é a rede social pode servir como plataforma e como integração de parceiros neste projeto do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego? Falando de rede social, denota-se um esforço do CLASA para voltar a animar aquilo que é o essencial e aquilo que é o básico, que está adstrito ao programa rede social, mas mais uma vez o que é que foi efeito de uma reorientação para 2011, e o que é que a crise e o que é que as questões sociais a nível local vieram trazer de novo à rede social? Há uma reflexão neste contexto sobre estas questões? Há novos projetos que emanaram da rede social para todas estas questões? Não tem mais nenhum instrumento no Concelho que agregue mais de quarenta parceiros.

Sobre a rubrica Subsídios, poderíamos-lhe chamar eventuais, porque os são, são de inteira responsabilidade, até bastante discriminatória da Câmara, porquê um orçamento que não é executado para além dos setenta e dois por cento? É apenas um exemplo, mas a somar a todos os outros exemplos até que o Deputado Municipal do Bloco de Esquerda veio aqui referir, era disso precisamente que se trata quando falava de uma característica que fica sempre aquém daquilo que pode ser feito. Mais uma vez num momento como aquele que vivemos, porquê uma rubrica com estas características, com a potencialidade que tem de ajudar instituições que numa situação de crise viram efetivamente baixar os seus orçamentos por via de transferências mais baixas também da Administração Central e porque é que ao nível local aquela que é a sua palavra sempre tão próxima das instituições, acaba por ter este resultado relativamente pobre.

Sobre Habitação Social, queria apenas referir que o Concelho não consegue ainda suprir as necessidades, continuam a ser muito maiores que a oferta. Referir também a pouca manutenção na limpeza e nos arranjos dos espaços exteriores. Também aqui porquê não implementar novos projetos? Não será a rede social também capaz de trazer um novo dinamismo para estas questões? Por exemplo os zeladores internos, os zeladores que façam parte das comunidades, que sirvam para dinamizar e para envolver ainda mais os seus moradores e faze-los interessarem-se pelos territórios de pertença.”

#### **6.2.2.9 – O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Analisando o Relatório e conta de Gerência, trazido aqui pela Câmara Municipal de Almada verificamos uma marcada continuidade nas preocupações ambientais, a qual se reflete nas ações desenvolvidas pela Câmara nas suas várias Divisões e Departamentos sempre com vista à melhoria das condições de vida da população.

No que se refere ao Grande Eixo de Desenvolvimento “Ambiente, Biodiversidade e Energia”, importa realçar alguns aspetos que são bem reveladores do empenho constante por parte do município, na Sustentabilidade do seu próprio Desenvolvimento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No que diz respeito às questões de salubridade gostaríamos de enaltecer, a par das muitas intervenções de desinfestação e de limpeza levadas a cabo não só nos núcleos urbano, como também nas áreas rurais e nas praias; todo o trabalho desenvolvido pela autarquia, em termos de recolha, tratamento e deposição de Resíduos Sólidos urbanos e outros lixos provenientes da atividade humana, incluindo a recolha de materiais destinados à reciclagem;

Em relação aos espaços verdes e ao património arbóreo do Concelho, muitas foram as ações realizadas, quer em termos das normais práticas culturais próprias para cada época e específicas para os diversos estados fenológicos do material vegetal; quer em termos da construção e manutenção dos equipamentos existentes.

No entanto, gostaríamos de realçar com enorme agrado, o avanço na construção do Parque Urbano da Caparica, bem como o estudo prévio do Parque/Jardim da Trafaria; assim como o início da construção do Parque Urbano da Quinta dos Crastos, o qual, em articulação com o Parque da Paz, constituirá uma mais valia importante no incremento da Estrutura Ecológica Municipal.

No que se refere aos diversos projetos europeus em curso no Concelho, há que evidenciar todo o continuado trabalho de gestão e acompanhamento, nomeadamente nas áreas da mobilidade sustentável, sustentabilidade energética no ambiente construído e ainda no desenvolvimento e validação de processos de tratamento de água potável.

O conjunto de ações preconizadas no âmbito do Projeto “BioMonit – Tejo”, a par da “avaliação do nível de fragmentação dos habitats no Concelho” e da “Atualização da Estrutura Ecológica Fundamental em função dos habitats existentes”, apresenta-se igualmente da maior relevância neste Eixo estratégico de desenvolvimento.

O prosseguimento da caracterização das comunidades vegetais do Concelho, bem como o início da elaboração do “Plano de Ação Local para a Biodiversidade”, revestem-se de especial importância, para a eficaz salvaguarda dos valores naturais existentes no Município de Almada.

Também o projeto “Rede de Parques Agrícolas Urbanos de Almada”, merece uma nota de grande apreço, tendo em conta os aspetos económicos, ambientais e sociais que o caracterizam.

Relativamente à temática da educação e sensibilização ambiental, gostaríamos de evidenciar o desenvolvimento de algumas iniciativas que foram acontecendo ao longo do ano, tais como a campanha “Almada Limpa” o Roadshow “Cidades Sustentáveis” a 11ª Edição da Semana Europeia da Mobilidade” e “Dia Europeu sem Carros”, a “8ª Edição do Mercado de Natal Amigo da Terra”, o desenvolvimento do projeto europeu EURONET 50/50 – Rede Europeia de centros Educativos; acontecimentos esses que, a par do funcionamento regular e permanente da Ecoteca Municipal na Casa Municipal do Ambiente, procuraram contribuir para a promoção de uma cada vez mais elevada consciência ambiental, por parte de todos os cidadãos.

Gostaríamos igualmente de referenciar todo o trabalho desenvolvido no nosso Concelho, no que se refere às questões que se prendem com a Energia, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento do Projeto Europeu RELACS – Renewable Energies for Tourist Accommodation



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Buildings (Energias Renováveis em Edifícios de Alojamento Turístico); como também, no que concerne à aprovação pelo Programa Operacional da Região de Lisboa, da candidatura do Sistema de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Ecoeficientes (EcoEnLight); e ainda no que concerne ao incremento da eficiência energética e utilização de energias renováveis nos edifícios e equipamentos municipais, bem como a racionalização dos consumos energéticos e sua monitorização permanente, através da telegestão.

No que diz respeito às alterações climáticas, é de enaltecer a forma com que o Município de Almada encara os desafios lançados por este fenómeno de consequências nefastas tendencialmente crescentes, não se limitado a esperar por eventuais acontecimentos e posterior resolução; antes adoptado uma postura proactiva, assente na cooperação e celebração de protocolos de investigação com entidades de reconhecido valor científico, que resultam no desenvolvimento dos diversos projetos de investigação científica em curso no nosso Concelho, como por exemplo o Observatório das Emissões de Gases com Efeito de Estufa, associado à participação no Pacto dos Autarcas e no Pacto das Cidades sobre o Clima; o “Plano de Ação para a Energia Sustentável”, a Gestão do Fundo Climático “Almada Carbono Menos”; bem como o desenvolvimento de diversos estudos específicos sobre “Vulnerabilidade Costeira”, “Adaptação do Concelho às Alterações Climáticas”, “Efeitos das Alterações Climáticas nos Recursos Hídricos e na Biodiversidade”, “Avaliação de Mudanças nas Comunidades Piscícolas”, entre outros.

No seguimento da candidatura das Praias da Mata, da Sereia, de Santo António e de São João; congratulamo-nos pela respectiva atribuição do galardão “Bandeira Azul”.

Também, fruto do reconhecimento internacional, do trabalho levado a cabo na Área da mobilidade sustentável, pelo Município de Almada; registe-se a atribuição a Almada do Prémio “Semana Europeia da Mobilidade 2010”, por parte da Comissão Europeia.

Em relação ao documento relativo à Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referentes ao ano de 2011, verificamos também uma marcada continuidade na preocupação em torno das questões ambientais, a qual se reflete bem nas ações desenvolvidas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e que através de uma gestão solidária, eficiente e transparente, contribui para a melhoria das condições de vida da população, preservando ao mesmo tempo, os valores naturais existentes no Concelho.

Cada vez é mais evidente a importância da Água para a vida e enquanto componente do ecossistema global. Trata-se de um Recurso Natural que, não só é essencial para o equilíbrio dos ecossistemas, como também satisfaz as necessidades básicas das populações humanas e é fundamental para o desenvolvimento económico.

Todavia, em termos globais, a água é um recurso limitado, o que faz com que seja alvo de inúmeros conflitos de interesses. Torna-se por isso necessário gerir as enormes pressões que são exercidas sobre este recurso, de modo a conciliar a satisfação das necessidades de água para os diferentes usos com a preservação do ambiente e com a qualidade de vida.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A gestão sustentável do recurso Água constitui um dos mais importantes pilares do desenvolvimento civilizacionais. A necessidade de garantir a universalidade ao seu acesso reforça, conseqüentemente, a necessidade da sua indiscutível consideração como bem público.

O Município de Almada, através dos SMAS, desenvolve um serviço com, e para, os Almadenses, assegurando as necessidades de água à população residente e, às mais diversas atividades económicas, mas também, a todos os que visitam o nosso Concelho.

No que concerne à excelente qualidade da água fornecida pelos Serviços Municipalizados, esta foi garantida em 2011, através do cumprimento do “Plano de Controlo da Qualidade da Água”.

É de salientar que os SMAS de Almada integram o grupo de trabalho criado no âmbito do Projeto “Plano de Segurança da Água” desenvolvido pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, face ao reconhecimento, a nível nacional, do uso de boas práticas e da capacidade de inovação e realização destes serviços; e mantém de igual modo uma permanente colaboração com a APDA – Associação Portuguesa de Distribuidores de Água, com a AIA – Associação Intermunicipal da Água, com o Observatório da Água da Península de Setúbal e demais entidades do sector.

Também ao nível do tratamento das águas residuais, os programas de monitorização e medição dos aspectos ambientais significativos e o Plano Anual de Controlo e Monitorização das Águas tratadas e lançadas no meio receptor foram assegurados.

A aplicação dos diversos Programas Ambientais aos Serviços Municipalizados, em torno da redução do ruído, da reutilização de água tratada, do aumento da utilização de biogás na cogeração, das medidas de minimização do consumo de energia; tem-se traduzido numa conseqüente melhoria do desempenho ambiental por parte dos Serviços Municipalizados.

A preocupação permanente em torno do combate à exclusão social dos utentes com dificuldades económicas, defendendo o princípio de universalidade do acesso à água, é uma das linhas de trabalho destes serviços que importa relembrar, sobretudo face à crise económica e social vivida atualmente em Portugal, e à qual a população do Concelho de Almada não é imune.

Assim, realçamos com grande apreço, o facto de os SMAS possibilitarem às famílias carenciadas o não pagamento de tarifas fixas e variáveis até ao consumo de 5 m<sup>3</sup>; e de assegurarem, às famílias numerosas, um escalão adaptado à sua realidade.

As ações preconizadas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento correspondem, de uma forma geral, à implementação de medidas consideradas necessárias e à sua concretização prática, no desenvolvimento das linhas de orientação específicas, definidas nas Opções do Plano para 2011; e representam por sua vez o caminho para uma Almada que se quer Mais Sustentável, Solidária e Eco-Eficiente.

Desta forma, em matéria de água e saneamento, os SMAS de Almada cumpriram, de forma criteriosa, os compromissos assumidos em Opções do Plano e Orçamento para 2011, através da prestação de um serviço público com níveis de excelência, garantindo, simultaneamente, a transparência e a proximidade



aos cidadãos e aos Municípes; contribuindo desta forma para a expansão, manutenção, renovação e modernização do sistema e para a preservação da água e do seu uso pela população de Almada.

Face ao exposto, podemos concluir que os documentos agora em apreço, são bem demonstrativos da implementação do modelo estratégico assumido pela Câmara Municipal, em que o Ambiente e a Sustentabilidade são encarados como um dos grandes Pilares para o Desenvolvimento do Concelho de Almada.”

#### **6.2.2.10 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No relatório da Atividade Municipal, referente ao exercício de 2011, a análise relativa aos eixos 4 e 5 merece uma atenção especial, pois consideramos que a educação, a cultura, e os restantes vetores que atravessam estes eixos, são pilares fundamentais para o desenvolvimento do País, da sua Identidade e Soberania.

Merece uma atenção especial, pois contrariamente às políticas que ano após ano nos têm sido impostas por sucessivos governos, que desmantelam a escola pública, encerram serviços públicos essenciais, aprofundam as injustiças e desigualdades, retiram direitos constitucionais, numa recessão económica e social galopante, a Autarquia de Almada, construiu, desenvolveu e melhorou estruturas e serviços públicos, dinamizou imensas atividades culturais, desportivas e recreativas, prestou apoios sociais às famílias em diferentes áreas de necessidade, apoiou coletividades e associações, implementou diversos projetos: de solidariedade social, educativos, de investigação, culturais e desportivos, tudo isto, num quadro de profunda contingência e dificuldades impostas aos Municípios, incluindo Almada.

Pela sua dimensão, tornar-se-ia exaustivo enumerar todo o trabalho desenvolvido pela Autarquia constante no relatório, que honrou os compromissos por si assumidos com a população do Concelho. Não podemos, no entanto, deixar de relevar algumas ações desenvolvidas, dada a sua importância na conjuntura atual do País que vive uma crise profunda em consequência do pacto de agressão imposto pelas troikas externas (FMI, BCE e EU) e internas (PS, PSD e CDS/PP). Exemplifiquemos:

1- Entraram em funcionamento quatro novos equipamentos públicos municipais de ensino pré-escolar instalados em Escolas Básicas do 1º Ciclo, acrescentando 13 novas salas para este grau de ensino, criando mais de 300 vagas.

2- Iniciaram-se as obras de construção da nova Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-Infância na Charneca de Caparica com 15 salas de aula, que passará a ser o maior equipamento com estas características no nosso Concelho.

3- Mais de uma dezena de escolas beneficiaram de intervenções de pinturas interiores e exteriores, de beneficiação de logradouros, e remodelação de instalações sanitárias. Houve 516 pequenas intervenções de conservação permanente.

Foram inspecionados 76 equipamentos desportivos e fornecido mobiliário, equipamento informático, quadros interativos e palamenta diversa para os refeitórios escolares.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 4- Foram fornecidas refeições a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico público, abrangendo mais de 8500 crianças, num total de 1,1 milhões de refeições, contabilizando 1,9 milhões de euros. Quase 2300 crianças toram apoiadas a 100% nas refeições por razões de carência e insuficiência económica das suas famílias.
- 5- Foram atribuídos livros escolares e material didático, em colaboração com as Juntas de Freguesia, a cerca de 3000 alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico, sem os quais dificilmente estudariam.
- 6- As atividades de prolongamento de horário escolar toram integralmente mantidas no ensino pré-escolar beneficiando perto de 1000 famílias.
- 7- Houve continuidade das atividades de enriquecimento curricular em todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico, o que abrangeu cerca de 7000 crianças e envolveu 27 entidades (escolas e associações de pais), além da autarquia.
- 8- Avançou-se com duas novas Bibliotecas Escolares, alargando para 26 o número de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do Concelho com este recurso.
- 9- O Plano de Transportes Escolares, foi integralmente cumprido, quer no respeito pelas determinações legais aplicáveis, quer complementarmente no apoio a alunos com mobilidade reduzida, através do Serviço Almada Solidária em parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.
- 10- As Casas Municipais da Juventude acolheram 245 atividades, cerca de 4000 jovens, num total de 3800 horas de ocupação, prestando apoio a 44 organizações, assumindo especial relevância na formação cívica e cultural das jovens gerações.
- 11- Iniciou-se o processo de edificação da Biblioteca Municipal e das Piscinas Municipais no Centro Cívico do Monte de Caparica, do Museu da Música Filarmónica, do Centro de Interpretação de Almada Velha, do Museu Naval, da Galeria Municipal de Arte da Costa da Caparica, do Quarteirão das Artes, do Teatrinho e da Universidade Sénior.
- 12- Realizou-se perto de 60 exposições nos diferentes equipamentos municipais, muitas com ações culturais complementares, envolveu mais de uma centena de artistas, mais de duas centenas de sessões pelos serviços educativos, e teve cerca de 50000 visitantes.
- 13- Foi reforçado o Fundo Documental do Centro de Documentação e Informação Rogério Ribeiro com 503 novas obras, atingindo no final de 2011 uma existência total de 12708 exemplares;
- 14- Na área da prática desportiva no Concelho envolveram-se dezenas de coletividades, escolas, associações, Juntas de Freguesia, na sua organização e promoção, envolvendo largas dezenas de milhares de participantes.
- 15- No âmbito da Solidariedade Social destacamos o trabalho desenvolvido ao nível da Rede Social do Concelho na implementação do Plano de Desenvolvimento Social, com vários projetos estruturantes para a terceira idade, cidadãos com deficiência, toxicodependência, entre outros.
- 16- Através do serviço de Mobilidade Inclusiva Almada Solidária foram transportados mais de 18000 passageiros.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

17- Ao nível da Habitação Social, voltou a registar-se o acompanhamento permanente e de proximidade aos inquilinos dos Bairros Camarários, bem como um volume de investimento e intervenção muito significativo, quer ao nível das pequenas obras de manutenção, quer das grandes empreitadas de conservação.

Muito mais poderíamos enunciar, mas consideramos que estes exemplos são elucidativos do trabalho desenvolvido nestes eixos para a população.

Criou-se e melhorou-se serviços públicos de qualidade e proximidade, investiu-se na Educação, Cultura e Desporto, promoveu-se a Solidariedade, melhorou-se o Concelho e as condições de vida dos Almadenses.”

**7** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na reunião da próxima segunda-feira dia 23 de abril.

**8** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.

**9**- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP – CMA; o Senhor Humberto Lameiras - Jornal da Região e de dezanove Senhores Munícipes.

**10** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

**11** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H35 do dia 21 de abril de 2012.

**12** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_